



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRAL SUL

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

TAINARA DA SILVA

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SUA RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

CHAPECÓ

2018

TAINARA DA SILVA

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SUA RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de Administração da Universidade Federal da Fronteira
Sul, como requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Administração.

Orientadora: Prof^ª Me. Priscila Battistella

CHAPECÓ

2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Tainara da
COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SUA RELAÇÃO COM O
CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO /
Tainara da Silva. -- 2018.
55 f.

Orientadora: Mestre Priscila Battistella.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Administração, Chapecó, SC , 2018.

1. Cooperativas de Crédito. 2. Crescimento Econômico
. 3. Desenvolvimento Econômico. I. Battistella,
Priscila, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

À minha família,
minha fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus que me deu sabedoria e forças para terminar essa jornada, a ele, que tanto esteve comigo em todos os momentos me protegendo de todos os perigos, minha eterna gratidão e amor.

Meu agradecimento especial a minha querida amiga, Daguiimar! Sem ela essa realização não seria possível, pois foi através de seu apoio que ingressei no curso. Obrigada Dagui, por todos os incentivos, conversas, pelo notebook e por todo o carinho dedicado a mim!

À minha avó Rosa, por mais que ela não saiba ler, não poderia deixar de citar a gratidão que tenho por essa mulher forte que tanto me ajudou, nunca poderei retribuir tamanho amor e dedicação destinados a mim. A ela dedico todas as minhas conquistas, pois sempre será minha base e meu amor eterno.

Agradeço a minha mãe Ivanete, que me deu a maior dádiva desse mundo, a vida, e ao meu pai José por todo amor e cuidado.

Aos meus familiares que contribuíram e foram muito importantes para realização desta etapa. Em particular a Claudia, que sempre esteve me apoiando e ajudando, participou da minha vida e soube ser amiga e compreensiva nos momentos que precisei.

Agradeço ao meu esposo Ângelo, seu amor, apoio e incentivo foram cruciais para finalização deste trabalho. Agradeço por estar sempre ao meu lado me ajudando e me dando esperanças de que iria dar tudo certo!

Aos meus colegas do curso, que proporcionaram momentos de descontração, solidariedade, almoços no RU e caronas. Marina, Moniqueli, Gabriela Camila P., Elaine, Alice, Paulo, Alan, Fransine, Lucas, Júnior e Giovani, muito obrigada pela amizade!

Agradeço ao meu primeiro orientador, Prof. Júlio, pelo breve tempo de orientação dedicado a mim e também a minha atual orientadora, Prof.^a Priscila, que me aceitou no meio deste processo, acreditou em mim e finalizou esta importante etapa da graduação comigo.

E por fim, mas não menos importante, agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul por proporcionar a concretização dessa jornada e aos meus queridos professores por todos os ensinamentos, sem eles nada disso seria possível.

“Toda teoria depende de hipóteses que não são totalmente verdadeiras. É isso que faz a teoria. A arte de bem teorizar é fazer as inevitáveis hipóteses simplificadoras de tal maneira que os resultados finais não sejam muito sensíveis”.

Robert Solow (1956) – Nobel de Economia em 1987.

“Pois se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos”.

Padre Theodor Amstad (1900) - Fundador da primeira Cooperativa de Crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo apresentar a relação entre o cooperativismo de crédito e as perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil. Com base em uma pesquisa com abordagem qualitativa e os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, e ainda, revisão sistemáticas, realizou-se uma análise minuciosa sobre objetivos e conclusões contidos na literatura especializada. Os dados coletados, sistematicamente, contribuíram para o entendimento de que as cooperativas de crédito são importantes para o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro, pois, evidenciou-se, o papel contributivo das cooperativas de crédito nas regiões onde estão localizadas, principalmente em regiões menos desenvolvidas e desfavorecidas de acesso ao crédito. As respectivas instituições também são caracterizadas por estabelecerem um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais discutidos no âmbito das teorias sobre crescimento e desenvolvimento econômico. Elementos estes, fundamentais para inibir as desigualdades sociais. Assim, a hipótese lançada encontrou respaldo, podendo-se afirmar que o papel exercido pelas cooperativas de crédito tem relação direta com o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Crescimento Econômico. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The present work had as objective to present the relation between the credit cooperativism and the perspectives of growth and economic development in Brazil. Based on a research with a qualitative approach and the technical procedures of bibliographical research, as well as a systematic review, a detailed analysis was carried out on the objectives and conclusions contained in the specialized literature. The data collected, systematically, contributed to the understanding that credit cooperatives are important for Brazilian economic growth and development, as it was evidenced the contributory role of credit cooperatives in the regions where they are located, especially in less developed regions and disadvantaged access to credit. The respective institutions are also characterized by establishing a set of political, institutional and social elements discussed within the framework of growth and economic development theories. These elements, fundamental to inhibit social inequalities. Thus, the hypothesis was supported, and it can be affirmed that the role played by credit cooperatives is directly related to the growth and economic development of Brazil.

Keywords: Credit Cooperatives. Growth Economic. Growth Development.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1- Estrutura organizacional da governança cooperativa | 24 |
| Figura 2 - Distribuição da população por rendimento | 29 |
| Figura 3 - Participação das cooperativas no mercado de crédito em 2017 | 30 |
| Figura 4 - Percentual de municípios atendidos por região e estado | 31 |
| Figura 5- Palavras-chave utilizadas para fins de pesquisa sistemática | 34 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Classificação das Cooperativas..... | 23 |
| Quadro 2 - Relação de estudos em âmbito nacional..... | 36 |
| Quadro 3 – Relação dos estudos em âmbito estadual..... | 43 |
| Quadro 4 - Relação dos estudos em âmbito municipal..... | 45 |

LISTA DE SIGLAS

BCB – Banco Central Do Brasil

SFN - Sistema Financeiro Nacional

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA ... | 12 |
| 1.1.1. Hipótese | 13 |
| 1.2. OBJETIVOS | 13 |
| 1.2.1 Objetivo Geral..... | 13 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 13 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA..... | 13 |
| 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO..... | 14 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 15 |
| 2.1. Crescimento Econômico..... | 15 |
| 2.2 Desenvolvimento Econômico..... | 19 |
| 2.3 Cooperativismo de Crédito no Brasil | 22 |
| 2.4 Trajetória do Cooperativismo de Crédito no Brasil | 26 |
| 2.5 Cooperativas de Crédito e o Crescimento e Desenvolvimento Econômico..... | 29 |
| 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 33 |
| 3.1 Tipo de Pesquisa..... | 33 |
| 3.2 Coleta de Dados..... | 33 |
| 3.3 Análise e Interpretação dos Dados | 34 |
| 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS | 36 |
| 4.1. Uma Proposta de Análise em Âmbito Nacional | 36 |
| 4.2. Uma Proposta de Análise em Âmbito Estadual | 42 |
| 4.3 Uma Proposta de Análise em Âmbito Municipal | 44 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 50 |
| REFERÊNCIAS | 52 |

1. INTRODUÇÃO

Esta primeira seção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como propósito apresentar os principais elementos que compõem o desenvolvimento do estudo, sendo eles: a apresentação do tema e a pergunta em análise, os objetivos, justificativa e a estrutura do trabalho.

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Na concepção do Banco Central do Brasil (BCB, 2016), a cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas e destina-se a prestar serviços financeiros de maneira mais simples e vantajosa ao seu associado, de modo, que possibilite acesso ao crédito e outros serviços financeiros. Boa parte dos trabalhos que tem por objetivo discutir a relação entre as cooperativas de crédito ao crescimento e desenvolvimento econômico de determinado espaço territorial, argumentam a favor da ideia de que as funções desempenhadas pelas cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento da economia local, devido a intermediação que promovem entre a poupança e serviços financeiros oferecidos a população e as iniciativas empresariais na mesma região de atuação, o que a torna naturalmente corretora de desigualdades regionais. No que se refere ao Brasil, caberá a este trabalho a tentativa de confirmar essa relação.

Com a construção do referencial teórico prepara-se o terreno para que os argumentos que unem as teorias sobre crescimento e desenvolvimento econômico e o cooperativismo financeiro encontrem respaldo. A relação entre teoria e ação cooperativista deverão ser capazes de evidenciar uma relação institucional virtuosa em nível de mercado, promovida através da alocação de recursos financeiros captados, por meio dos associados, na mesma região de localização da cooperativa. Esses recursos redistribuídos geram renda e aumento no poder aquisitivo da população. Criando assim, a necessidade de oferta de novas vagas de trabalho e no aumento da arrecadação de impostos. Dessa forma, mais recursos são direcionados ao poder público, que por sua vez, poderá tem chance de investir em infraestrutura e em outros projetos de desenvolvimento econômico e social, ampliando a capacidade produtiva e promovendo novas riquezas.

O desenvolvimento do sistema cooperativista de crédito tende a contribuir fortemente para a eficiência macroeconômica do sistema financeiro. Diante deste cenário, a atuação das cooperativas em um ambiente que antes era ocupado apenas pelo sistema bancário, possui a tendência de gerar inclusão financeira a toda população, especialmente aquelas de poder aquisitivo menor, e também de impactar nos níveis de desigualdades sociais. Isso acontece

principalmente, em municípios menores e menos desenvolvidos, onde as agências bancárias não conseguem atender ou não têm interesse de atuação (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Considerando estes aspectos, pergunta-se: **Qual a relação existente entre as cooperativas de crédito o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil?**

1.1.1. Hipótese

A hipótese apresentada neste trabalho é de que: O papel exercido pelas cooperativas de crédito tem relação direta com o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever o papel das cooperativas de crédito e sua relação com o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro.

1.2.2 Objetivos Específicos

- i) Apresentar as principais teorias e modelos sobre crescimento e desenvolvimento econômico;
- ii) Abordar aspectos conceituais e históricos sobre as cooperativas de crédito;
- iii) Apresentar argumentos que estabeleçam a relação direta entre as cooperativas de crédito e o crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVA

Considerando o aumento do número de cooperativas de crédito dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e levando em consideração os dados do Relatório de Inclusão Financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015), o cooperativismo de crédito obteve um avanço significativo de 2010 a 2014, passando de um volume de R\$ 29,7 para 67,6 bilhões. Observando esse volume, cerca de 68% é o de crédito concedido pelas cooperativas a pessoas físicas. O aumento significativo na livre adesão de pessoas físicas a cooperativas mostra a importante contribuição do crédito para o crescimento econômico e promoção do desenvolvimento social. No sentido de ofertar crédito a famílias de baixa renda, muitas vezes

desassistidas de agências bancárias, principalmente aquelas residentes em municípios menores e de regiões com características mais rurais.

A importância desta pesquisa, diante da comunidade acadêmica, está consolidada pelo fato do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) ser com ênfase em Cooperativismo e também porque no decorrer do curso houve muitos debates que discutiam o real papel das cooperativas nos municípios. Desta forma, surgiu o interesse de demonstrar teoricamente a relevância das cooperativas de crédito. Da mesma maneira, que possa servir de auxílio para o desenvolvimento e aprimoramento de novos estudos, ampliando o conhecimento sobre o impacto das cooperativas de crédito na economia regional.

Na mesma linha de raciocínio, a motivação deste estudo está em comprovar por meio dos resultados desta pesquisa, a relação do cooperativismo de crédito com o crescimento e desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, que favoreça a criação de novos programas de incentivo ao microcrédito e a criação de novas cooperativas em municípios carentes de acesso ao crédito. Objetivando um aprimoramento em indicadores econômicos, melhoria da qualidade de vida da população, que por sua vez terá melhores oportunidades de emprego e aumento de renda.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Além desta introdução, a estrutura deste TCC está dividida em mais cinco seções. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, que auxilia na elucidação de conceitos e diretrizes similares ao tema e que fundamentam esta pesquisa. Em seguida, a terceira seção contempla os procedimentos metodológicos para alcance desta pesquisa. A quarta seção abrange a apresentação e análise dos resultados. E por fim, na quinta seção serão demonstradas as considerações finais da aplicação da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados as bases teóricas relacionadas ao tema da pesquisa. Na primeira seção serão abordados modelos de crescimento econômico, incluindo os conceitos e as formalizações matemáticas com base nos trabalhos dos principais teóricos que tratam desse tema. Já na segunda seção segue-se a análise onde apresentam-se as perspectivas teóricas e os modelos de desenvolvimento econômico. O estudo sobre estas duas teorias completa-se com as ideias literárias que buscam explicar as diferenças entre os dois conceitos. Na etapa seguinte, tratou-se de discutir os aspectos que dizem respeito a cooperativismo de crédito e sua evolução histórica no Brasil. E por fim, é debatida a relação das cooperativas de crédito com o crescimento e desenvolvimento econômico.

2.1. Crescimento Econômico

O contexto abordado nesta seção refere-se ao crescimento econômico, sendo este um importante indicador da economia. Neste sentido, foi realizada uma exposição conceitual do termo e os principais modelos que buscam explicar o crescimento econômico de um determinado espaço territorial.

No livro de Adam Smith (1776) “A Riqueza das Nações”, obra pioneira sobre as explicações do sistema econômico, o crescimento econômico surge em meio à identificação dos fatores da formação da riqueza nacional. O autor explica como ocorre a operacionalização do mercado e a redução dos custos médios para maiores ganhos em termos de produção, expansão do mercado, aumento da renda e do emprego (COELHO; SILVA; LIMA, 2013).

Vasconcellos (2011, p. 413), menciona que “O crescimento da produção e da renda decorre de variações na quantidade de dois insumos básicos: Capital e Mão de Obra” (VASCONCELLOS, 2011, p. 413). Neste contexto, são abordadas algumas fontes de crescimento, como por exemplo, o aumento na força de trabalho proveniente do crescimento demográfico e da imigração; ampliação do estoque de capital, ou da capacidade produtiva; melhoramento da qualidade de mão de obra, por meio de programas de educação, treinamento e especialização; ampliação tecnológica, aumentando a eficiência na utilização do estoque de capital; e eficiência organizacional, ou seja, eficiência na forma como os insumos interagem (VASCONCELLOS, 2011).

Sobre os impactos do crescimento, o Relatório Mundial de Desenvolvimento 2000/2001 (BANCO MUNDIAL, 2000), menciona que a maneira pela qual o crescimento afeta a pobreza

dependerá de como a renda adicional gerada pelo crescimento é distribuída no país. Se o crescimento econômico for seguido de aumento na parcela de renda recebida pelos mais pobres, essas rendas crescerão mais rápido que as rendas médias. Do mesmo modo, caso o crescimento seja acompanhado de um declínio nessa quantia de renda, haverá também um declínio das rendas dos pobres em relação as rendas médias (BANCO MUNDIAL, 2000). De acordo com o Relatório, os índices de crescimento econômico serão igualitários quando a distribuição de renda for igualitária, impactando em outros índices como, por exemplo, os de pobreza.

Quando se trata de estudos a respeito dos modelos de crescimento econômico, a principal referência é de Robert Solow (1956). O autor do artigo “*A Contribution to the Theory of Economic Growth*”¹ foi contemplado pelo Prêmio Nobel de Economia em 1987 devido as contribuições de seu modelo para compreensão do tema. O artigo é fundamentado em uma função de produção neoclássica², utilizando dois fatores de produção: capital e trabalho. De acordo com essa proposta teórica, os rendimentos são positivos, porém decrescentes; e onde, o crescimento da população e a taxa de poupança são considerados variáveis exógenas. Por meio deste cenário, Solow admite que os insumos Capital (K) e Trabalho (L) são capazes de determinar o PIB per capita de longo prazo de uma determinada economia (BONDEZAN; DIAS, 2013).

Ainda, de acordo com Bondezan e Dias (2013), na análise de Solow os investimentos executados na economia (mediante aumento da poupança), caracterizam-se em aumento da acumulação de capital, e conseqüentemente, ampliam o estoque de capital, por trabalhador. Para Solow (1956) a depreciação tem resultado inverso sobre tal estoque, ou seja, quanto maior a taxa de depreciação, menor o estoque de capital por trabalhador. Sobre o crescimento da população, na análise de Solow, seu impacto reduz o estoque de capital por trabalhador.

O modelo ainda apresenta a hipótese de convergência condicional da renda, que decorre por meio da suposição de retornos decrescentes para o capital. Nessa proposição, quanto menor o nível inicial do PIB per capita, na condição de longo prazo ou de estado estacionário, maior é a taxa de crescimento dos países mais pobres. O estado estacionário ocorre porque o grau de convergência é condicionado pelo capital e produto por trabalhador dependendo da taxa de poupança, de crescimento populacional e da inclinação da função produção, as quais variam entre os países (VIEIRA, 2009).

¹ Uma contribuição para a teoria do crescimento econômico

² Do tipo Cobb-Douglas: $Y = F(K, L) = K^\alpha L^{1-\alpha}$. É uma função que dado o uso dos fatores produtivos determina rendimentos em termos de produto.

Para pesquisadores neoclássicos, o grande feito do modelo de Solow teria sido haver demonstrado, através do resíduo das regressões, que a acumulação de capital sozinha não explica o desenvolvimento econômico, e que era fundamental considerar o progresso técnico. Ora, disto jamais tiveram dúvidas os grandes economistas em todos os tempos. Na verdade, uma lamentável consequência desse modelo foi haver depreciado a importância da taxa de investimento quando todas as pesquisas empíricas mostram uma alta relevância dessa taxa na determinação das taxas de crescimento econômico (BRESEER, 2008, p. 13).

O crescimento econômico e seus fatores são amplamente debatidos em outros estudos que seguem após o modelo proposto por Solow, também fundamentados na função produção e pautados em outras perspectivas.

Nos modelos de inspiração keynesiana a preocupação estava em manter um crescimento persistente sem inflação ou deflação. Em sua análise, Keynes (1936) considerava a suposição de que a expansão amparada pelos os investimentos líquidos seria essencial para manter a ampliação da renda e do emprego, considerando o crescimento demográfico. Neste modelo, o objetivo era de determinar a taxa de crescimento econômico conciliável com o pleno emprego, em uma economia desenvolvida e expansão (SOUZA, 1999).

Já o conceito de crescimento para Romer (1996) segue os passos da visão neoclássica, onde é atribuído ao progresso tecnológico todo o crescimento per capita. O produto per capita, a razão capital / trabalho e o estoque de ideias crescerão com a mesma taxa ao longo da trajetória de crescimento equilibrado. O modelo considera que se não houver progresso tecnológico não haverá crescimento (JONES, 2000).

O modelo de Robert Lucas (1988), entretanto, destacou as implicações da qualificação do indivíduo sobre a produtividade, compensando o declínio da produtividade marginal do Capital (VIEIRA, 2009). Sobre o crescimento, Lucas (1988) destacou em seus estudos que “quando alguém começa a pensar sobre crescimento econômico, torna-se difícil pensar em alguma outra coisa porque as consequências para o bem-estar humano são simplesmente surpreendentes” (LUCAS apud THIRLWALL, 2005, p. 13).

Nos novos modelos a principal diferença em relação aos modelos neoclássicos, foi a inclusão do determinante da taxa de crescimento de longo prazo, originando a denominação de “modelos de crescimento endógeno” (VIEIRA, 2009).

Na concepção de Barro (1990) apud Vieira (2009), esses novos modelos geram crescimento a longo prazo sem a dependência de importantes variáveis exógenas, como a população e tecnologia. Vieira (2009) apontam que nos modelos de crescimento endógeno os retornos do investimento não são obrigatoriamente decrescentes. Na contextualização de Barro e Sala-i-Martin (1995 apud VIEIRA 2009, p. 19), “os *spillovers*” de conhecimento e os

benefícios externos do capital humano ocupam um papel importante no processo, uma vez que ajudam a evitar a tendência de retornos decrescentes à acumulação de capital”.

Em linhas gerais, os modelos de crescimento endógeno, apresentam uma taxa de progresso tecnológico que é impactada por investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e estes são recompensados por alguma condição de poder de monopólio (VIEIRA, 2009).

Em relação as diferenças entres países pobres e ricos, Jones (2000) levanta o seguinte questionamento proferido por Solow: “Por que somos tão ricos e eles tão pobres?”, na obra de Jones (2000), o autor sugere que a resposta de acordo com o modelo do Solow, seria:

O produto por trabalhador no estado estacionário é determinado pela taxa de investimento em insumos privados como capital físico e qualificações, pela taxa de crescimento da força de trabalho e pela produtividade desses insumos. Dados sobre capital, instrução e produtividade confirmam decididamente a hipótese de Solow. Países ricos são aqueles que investem uma grande fração do seu PIB e do seu tempo na acumulação de capital e em qualificações. Contudo, países como os Estados Unidos são ricos não apenas porque têm grande quantidade de capital e de instrução por trabalhador, mas também porque esses insumos são usados de maneira muito produtiva. Aos países pobres não apenas faltam o capital e a instrução, mas a produtividade com que eles empregam os insumos que possuem também é baixa (JONES, 2000, p. 145).

Jones (2000) ainda argumenta, que, as diferenças em infraestrutura são umas das principais determinantes de diferenças de rendas entre nações. Neste sentido, o autor sugere mudanças na infraestrutura de uma determinada economia para que haja também mudanças na renda.

Tanto os modelos neoclássicos inspirados nos trabalhos de Meade e Solow, quanto os de inspiração keynesiana, a exemplo de Harrod, Domar e Kaldor, com uma visão mais teórica, consideravam que o crescimento seria sinônimo de desenvolvimento (SOUZA, 1999). Ainda segundo Souza (1999), baseada em uma realidade empírica, uma segunda corrente, com evidência nos trabalhos de Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurske, o crescimento é condição essencial para o desenvolvimento, porém, não é o suficiente.

Essa primeira corrente atrelada aos modelos neoclássicos e de inspiração keynesiana considera apenas a acumulação de capital, colocando todos os países na mesma problemática. Nesta lógica, o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, gera melhorias dos padrões de vida da população e o desenvolvimento econômico (SOUZA, 1999).

Já a segunda corrente econômica considera o crescimento econômico como uma simples alteração quantitativa do produto, em contrapartida o desenvolvimento econômico abrange mudanças qualitativas no modo de vida da população, das instituições e das estruturas produtivas. Neste cenário, o desenvolvimento é caracterizado pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, alinhando sua eficiência com melhorias na qualidade de vida das pessoas (SOUZA, 1999).

Por fim, pode-se perceber que o crescimento está diretamente ligado a geração e distribuição de renda e que seu principal indicador de mensuração é o PIB. Sendo que, sua ocorrência possui uma forte influência para a elevação do desenvolvimento econômico, o qual está contemplado na próxima seção. Neste contexto, o serviço prestados pelas cooperativas, principalmente de oferta de crédito, podem, provavelmente, promover a geração ou aumento de renda dentro do espaço territorial onde estão inseridas.

2.2 Desenvolvimento Econômico

Esta seção tem como finalidade a explicação do desenvolvimento econômico, desde as primeiras correntes que tratavam crescimento e desenvolvimento econômico como sinônimo, até aos trabalhos mais atuais que possuem uma visão distinta sobre os termos.

Para Celso Furtado, um dos principais membros da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a dinâmica do crescimento está explicada nas pressões de demanda. Sendo que, as inovações tecnológicas podem ser importadas, desde que seja coordenada pelo o Estado. E o planejamento estatal orientará o crescimento, procurando romper as estruturas ultrapassadas, responsáveis pelo bloqueio do desenvolvimento (SOUZA, 1999).

Na concepção de Furtado (1986), apud Santos e Schlindwein (2014), o desenvolvimento econômico está relacionado com o crescimento econômico, porém é muito mais abrangente que apenas um indicador de crescimento. O autor considera que ele envolve a alteração em uma estrutura mais complexa, as formas sociais e econômicas de divisão do trabalho social, objetivando o bem estar social. Não faria sentido considerar a hipótese de crescimento econômico sem ser acompanhado pelo desenvolvimento.

A teoria do desenvolvimento econômico, ainda que, tenha suas origens no período do mercantilismo e de economistas clássicos, manifestou-se como área autônoma nos anos de 1940, em decorrência da crise econômica neoclássica e utilizando como apoio teórico as obras dos mercantilistas, Smith, Marx, Schumpeter e Keynes. Essa teoria buscava compreender fenômenos históricos, os modelos construídos também eram históricos, tendo a finalidade de

buscar a definição das principais características e dificuldades que os processos de crescimento enfrentavam. Na abordagem dos primeiros modelos era tratado do surgimento do desenvolvimento econômico em regiões pré-capitalistas, da “armadilha do desenvolvimento”³, os problemas da oferta ilimitada de mão de obra, da acumulação primitiva e a poupança forçada e também da revolução industrial e seus pré-requisitos (BRESSER, 2008).

A partir daí, estudam-se o que poderíamos chamar de diferentes modelos ou estilos de desenvolvimento econômico: o modelo original de desenvolvimento dos países que iniciaram a revolução industrial, como a Inglaterra e a França; o modelo dos países de desenvolvimento atrasado do centro que jamais foram colônias como a Alemanha ou o Japão; o modelo russo e chinês que excluiu os empresários capitalistas na fase inicial e concentrou todo o processo de acumulação primitiva no estado; o modelo de substituição de importações que começa nos anos 1930 nos países latino-americanos; e o modelo exportador que se configura nos anos 1960 no Leste e Sudeste da Ásia (BRESSER, 2008, p. 11).

Na concepção de Bresser (2008) o desenvolvimento econômico resulta em mudanças estruturais, culturais e institucionais, sendo que, há uma extensa tradição que não concorda com a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita, ou também expresso, crescimento econômico. Ainda de acordo com o referido autor, se o crescimento econômico for definido como o simples aumento da renda per capita, isto resultará na distinção dos dois termos pelo fato de haver situações em que a produção média por habitante aumenta, mas em contrapartida, mesmo sendo no longo prazo, não haverá aumento generalizado dos salários e dos padrões de consumo da sociedade.

Sendo o desenvolvimento um processo histórico, tornou-se necessário estudá-lo empiricamente, assim como fizeram os grandes economistas clássicos, e os não hipotético-dedutivamente, a exemplo de, Ricardo e os economistas neoclássicos. A conjuntura do desenvolvimento econômico visa atender diretamente o objetivo político fundamental das sociedades modernas, o bem estar, e também indiretamente os outros quatro objetivos buscados pela sociedade: segurança, liberdade, justiça social e proteção do ambiente (BRESSER, 2008).

Segundo Furtado (1961) apud Souza (1999), o desenvolvimento não é constituído de uma simples etapa da história onde todos os países deverão passar, mas sim como o resultado da expansão da economia mundial, desde a Revolução Industrial na Inglaterra.

³ Armadilha macroeconômica de juros altos e câmbio apreciado.

Vanconcellos (2011) aponta que o crescimento econômico diz respeito ao crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. Enquanto o desenvolvimento econômico abrange aspectos mais qualitativos e envolve outros setores da economia, objetivando melhorias em indicadores de bem-estar econômico e social. Entre eles, estão a diminuição da pobreza, desemprego e desigualdade, melhorias em condições de saúde, nutrição, educação e moradia.

Já para Schumpeter (1911), o desenvolvimento não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia em si é que tende a se adaptar aos processos de mudanças causadas pelo desenvolvimento, desse modo, as causas e explicações do desenvolvimento devem ser buscadas fora do contexto da teoria econômica. Ainda de acordo com o autor (1911), o crescimento econômico não está designado ao processo de desenvolvimento, está relacionado com o crescimento da população e da riqueza, e demonstra apenas o processo de adaptação aos dados naturais e alteração de dados.

Schumpeter destaca o dinamismo da oferta na explicação do crescimento econômico. Sendo que, não existe preocupação com a taxa de salários e com o nível da demanda efetiva. A economia estará em crescimento enquanto houver a inserção de novos produtos e novos processos de produção, sendo estas adotados pelo empresário inovador, que contará com a ajuda do crédito bancário (SOUZA, 1999).

Na década de 1970, os estudos de pensamento neoclássico recobram forças no quadro de uma enorme onda ideológica neoliberal e o interesse dos economistas pelos modelos históricos diminui, isto porque, não conseguiam se ajustar às determinações de formalização matemática lógico-dedutiva que fundamenta a teoria econômica neoclássica. A partir de então é que começam a surgir os modelos de crescimento econométricos, baseados em funções matemáticas de produção que tinham por objetivo relacionar o crescimento com determinadas variáveis. Com a implantação desses novos modelos, tornou-se essencial a distinção da teoria do desenvolvimento econômico da teoria do crescimento econômico. (BRESSER, 2008).

Em relação aos modelos de desenvolvimento econômico, Roberto Cochrane Simonsen (1944) e Paul Narcyz Rosenstein-Rodan (1943) surgem em meio a Grande Depressão e o Fim da Segunda Mundial como grande debatedores do desenvolvimento econômico. Na análise dos autores, apesar de não haver referências de Rodan nos pensamento de Simonsen e levando em consideração a distinção dos cenários onde desenvolveram, sendo Rodan polonês e Simonsen brasileiro, os mesmos convergiam em relação a importância da formação de capital e a industrialização para o alcance do desenvolvimento econômico. No entendimento de Rodan, os países subdesenvolvidos precisavam de um grande impulso inicial, denominado pelo autor

como o “Big Push”, para alcançarem o crescimento equilibrado e autossustentado (ZANELA, 2018).

William Arthur Lewis, contemplado pelo Nobel em meados de 1950, em seu modelo teórico sobre o desenvolvimento tratou da transformação estrutural em uma economia de subsistência primordial. Mais tarde, o modelo foi modificado, formalizado e ampliado por John Fei e Gustav Ranis. Na teoria, o trabalho excedente⁴ do setor agrícola tradicional é transferido para o setor industrial moderno, onde o crescimento absorve o trabalho excedente, impulsiona a industrialização e incentiva o desenvolvimento sustentado. A abordagem de Lewis, que considera os dois setores, acabou tornando-se a teoria geral do processo de desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento no período que compreendeu a maior parte dos anos de 1960 e início de 1970 (TODARO; SMITH, 2014).

Considerando a teoria das mudanças estruturais, onde a hipótese de que o subdesenvolvimento acontece em razão da subutilização de recursos provenientes de fatores estruturais ou institucionais e que é proveniente do dualismo nacional e internacional, apenas formação acelerada de capital não gera desenvolvimento (TODARO; SMITH, 2014).

Para que o desenvolvimento de uma determinada região aconteça, será necessário um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais e que podem estar agrupados genericamente com o título de capacidade social de organização dessa região. É somente com a presença destes elementos que será possível a realização do passo qualitativo do crescimento para o desenvolvimento (COELHO; SILVA; LIMA, 2013). Neste cenário, as cooperativas surgem como alternativa para suprir as demandas de acesso ao crédito e de serviços financeiros.

2.3 Cooperativismo de Crédito no Brasil

Os serviços oferecidos pelas cooperativas, em uma determinada região, viabilizam o deslocamento do estado estacionário dessa economia através do processo de dinâmica de mudança, resultando em um milagre econômico dentro do contexto de crescimento, sendo que a solidariedade existente nas práticas cooperativas é de natureza não-especulativa. A união das pessoas que formam a instituição cooperativa promovem o seu autodesenvolvimento

⁴ O excesso de oferta de mão-de-obra além da quantidade demandada pela taxa de salário do mercado livre. No modelo bi-setorial de desenvolvimento econômico de Lewis, o trabalho excedente refere-se à parcela da força de trabalho rural cuja produtividade marginal é zero ou negativa.

econômico, superando os contrastes que existem na especulação capitalista (DOMINGUES apud COELHO; SILVA; LIMA, 2013).

Uma das funções desempenhadas pelas cooperativas de crédito está em contribuir para o desenvolvimento da economia local, devido a intermediação que promovem entre a poupança e serviços financeiros oferecidos a população e as iniciativas empresariais na mesma região de atuação, o que a torna naturalmente corretora de desigualdades regionais. Nesse sentido, é de fundamental importância para a sociedade, pois, assume os riscos financeiros em prol da comunidade onde está inserida e colabora para o desenvolvimento local sustentável (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Na concepção do BCB (2017), a cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas e destina-se a prestar serviços financeiros de maneira mais simples e vantajosa ao seu associado, de modo, que possibilite acesso ao crédito e outros serviços financeiros⁵. Além disso, o associado pode participar da gestão, tendo direito a voto, independentemente de sua cota de participação no capital social da cooperativa.

As cooperativas de crédito estão amparadas pela Lei nº 5.764,3 de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativas, além de outras providências. Da mesma maneira, são subordinadas à Lei Complementar nº 130,4 de 17 de abril de 2009; e à legislação do SFN (BCB, 2016).

O quadro a seguir demonstra a classificação das cooperativas de acordo com o BCB (2016).

Quadro 1 - Classificação das Cooperativas

| Classificação | Características |
|------------------------------------|--|
| I - Singulares | Composta por no mínimo vinte pessoas físicas, excepcionalmente é permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham os mesmos objetivos, de atividades econômicas, das pessoas físicas, bem como, de atividades sem fins lucrativos. |
| II – Centrais ou Federações | Formada de, no mínimo, três singulares, excepcionalmente, pode admitir associados individuais. |
| III - Confederações | Constituídas de, ao menos, três cooperativas centrais ou federações, podendo ser, da mesma ou de diferentes modalidades. |

FONTE: A autora com dados do BCB (2018)

⁵ Conta-corrente, Aplicações financeiras, investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguros, etc.

As cooperativas classificadas como singulares são responsáveis pela prestação direta de serviços aos associados. Já as cooperativas centrais ou federações de cooperativas têm por objetivo organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, permitindo a integração e orientação nas atividades desenvolvidas pelas mesmas, além de facilitar a utilização mutua dos serviços. No que se refere as confederações de cooperativas, essas devem orientar e coordenar as atividades das filiadas, em casos em que aparências dos empreendimentos transcendam o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais ou federações (BCB, 2016).

De acordo com o BCB (2016), as cooperativas singulares, centrais ou federações e as confederações de cooperativas compõem a estrutura do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

No que se refere à gestão, as cooperativas são norteadas pela governança cooperativa. Neste contexto a Organização das Cooperativas de Crédito Brasileiras (OCB), define a governança cooperativa como um “modelo de direção estratégica”, baseado nos princípios e valores cooperativistas. Esse sistema busca estabelecer práticas éticas, que garantam o alcance dos objetivos sociais a gestão da cooperativa seja feita de modo sustentável e alinhada aos interesses dos associados (BCB, 2017).

O organograma a seguir demonstra a estrutura da governança cooperativa.

Figura 1- Estrutura organizacional da governança cooperativa



Fonte: OCB; SESCOOP; & BCB, 2016.

Em termos técnicos, Pinto e Reisdorfer (2015, p.30) conceituam a governança cooperativa da seguinte forma:

A governança cooperativa se aproxima muito do conceito de governança corporativa, porém ao invés de ser aplicado ao contexto empresarial, este tipo de governança é aplicado ao cooperativismo. Portanto, a governança cooperativa é o conjunto de processos, políticas, leis e regulamentos que fundamentam a forma como uma cooperativa é dirigida, administrada e controlada, permitindo que seus cooperados assegurem a execução dos objetivos organizacionais. Portanto, as boas práticas de governança cooperativa asseguram aos cooperados equidade de tratamento, conformidade legal, transparência e prestação de contas responsável a fim de que a sociedade cooperativa tenha o seu valor e perenidade aumentados.

Ainda segundo Pinto e Reisdorfer (2015, p.30), existem alguns objetivos específicos atrelados a este tipo de governança, sendo eles:

- Assegurar a solidez econômica e a eficiência da cooperativa.
- Preservar a obtenção dos devidos resultados da cooperativa por meio da fiscalização e avaliação do desempenho da gestão.
- Ratificar transparência no processo de gestão, equidade no tratamento dos cooperados, responsabilidade com relação aos resultados e adequação na prestação de contas.
- Proporcionar que as decisões e os comportamentos dos executivos estejam de acordo com os interesses dos cooperados.
- Impedir situações em que ocorram abuso de poder, erros estratégicos e conflitos de interesse que sejam decorrentes da centralização da tomada de decisão.
- Aumentar e ampliar a credibilidade dos cooperados com relação às informações fornecidas pela cooperativa.

É importante ressaltar que as cooperativas possuem algumas peculiaridades em relação as organizações empresariais. Isto pode ser exemplificado não somente pelos objetivos da governança cooperativa, mas também pelos setes princípios que regem o cooperativismo e que foram aprovados na Conferência da Aliança Cooperativa Internacional, realizada em setembro de 1995, em Manchester, na Inglaterra (BCB; OCB; e SESCOOP, 2016).

1º Princípio – Adesão livre e voluntária: as cooperativas estão abertas para todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades inerentes à condição de associado, sem discriminação social, racial, política, religiosa ou de gênero.

2º Princípio – Controle democrático: os sócios participam ativamente das decisões levando-se em conta a igualdade entre eles, ou seja, cada sócio sempre terá direito a apenas um voto.

3º Princípio – Participação econômica: os sócios controlam o capital de suas cooperativas, recebendo juros limitados sobre o capital. Além disso, devem destinar uma parte das sobras em

função das transações realizadas pelo associado com a cooperativa e outra para as reservas necessárias ao desenvolvimento da cooperativa.

4º Princípio – Autonomia e independência: as cooperativas devem ter autonomia e independência entre si e em relação às demais instituições.

5º Princípio – Educação, treinamento e informação: as cooperativas deverão proporcionar educação e treinamento para seus sócios, dirigentes e funcionários, assim como informar a sociedade em geral acerca da natureza e benefícios do cooperativismo.

6º Princípio – Cooperação entre cooperativas: as cooperativas deverão promover o intercâmbio entre si e trabalhar juntas por intermédio de entidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio – Preocupação com a comunidade: as cooperativas deverão trabalhar pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

De acordo com o Relatório do BCB, OCB e SESCOOP (2016), os princípios descritos acima demonstram a necessidade das cooperativas de crédito terem diretrizes diferenciadas quanto a sua governança, promovendo a eficiência econômica e a profissionalização da gestão.

2.4 Trajetória do Cooperativismo de Crédito no Brasil

O surgimento da primeira cooperativa do mundo aconteceu em 1844, criada por 28 tecelões, na cidade de Rochdale, percursores das cooperativas modernas de consumo. Mais tarde, em 1847 Friedrich Wilhelm Raiffeisen criou a primeira associação de apoio a população rural, mesmo ainda não sendo uma cooperativa a mesma serviu de modelo para a criação da primeira cooperativa de crédito fundada por ele em 1864, chamada de “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf). Nos modelos de cooperativas criadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, as principais características estavam na responsabilidade ilimitada e solidária dos seus associados, área de atuação restrita, inexistência de capital social, singularidade de votos dos sócios e a não distribuição das sobras, excedentes ou dividendos, e que por sua vez, é bastante popular na Alemanha nos tempos atuais (PINHEIRO, 2008).

Já no que se refere ao contexto das cooperativas de crédito urbanas, considera-se Herman Schulze pioneiro na criação destas instituições. Em 1856 na cidade alemã de Delitzsch ele criou sua primeira associação denominada como “associação de dinheiro antecipado”. Em seguida, com a criação de outras cooperativas, as mesmas passaram a ser conhecidas como “cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch” e hoje são conhecidas na Alemanha como bancos

populares. A principal diferença do modelo de cooperativa do Schulze com o de Raiffeisen, é a previsão do retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, remuneração dos dirigentes e à área de atuação não restrita (PINHEIRO, 2008).

Em 1865, o italiano Luigi Luzzatti com inspirações no dois modelos pioneiros alemães, constitui sua primeira cooperativa estabelecida na cidade de Milão, cujo modelo herdou seu nome, sendo conhecidas como, as cooperativas do tipo *Luzzati* (PINHEIRO, 2008).

No ano de 1902 surgiu a primeira cooperativa de crédito no Brasil. Seu fundador foi o padre Jesuíta Theodor Amstad, que percebeu essa necessidade devido à carência socioeconômica das famílias que visitava em Nova Petrópolis/RS, principalmente dos imigrantes. Logo depois, o padre fundou mais 37 cooperativas, sindicatos agrícolas, hospitais, asilos, escolas, revistas, paróquias e colônias novas (OCB e BCB, 2016).

Entre as cooperativas fundadas pela padre, a que mais se destacou e cresceu foi a pioneira, atualmente conhecida como Sicredi Pioneira RS. Como o foco não era no lucro, os prazos de pagamento eram negociados com os associados de acordo com a situação financeira de cada um. E, em pouco tempo, passou a ser referência financeira na região. Nos últimos anos vem ocupando a 8ª posição de maior cooperativa do Brasil, além de ter contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população daquela região (OCB e BCB, 2016).

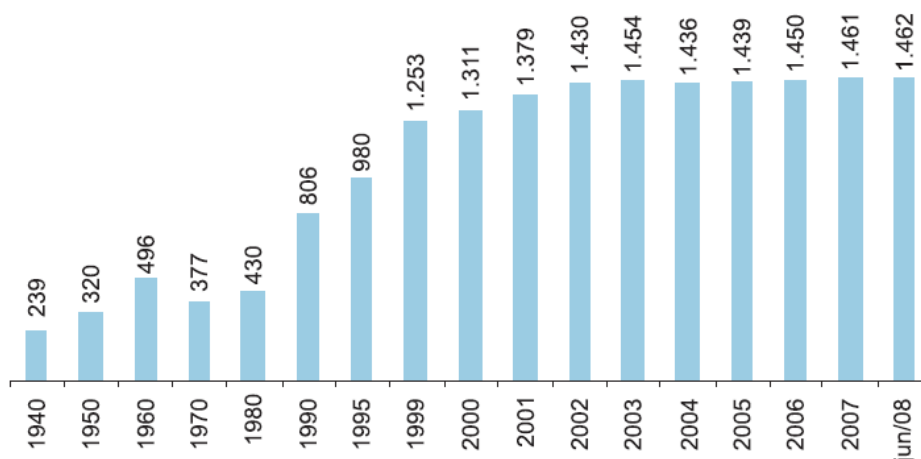
Em seguida, surgiram várias outras cooperativas de crédito voltadas para a área rural, e que deste modo eram subordinadas ao Ministério da Agricultura. Em 1945 foi criada a primeira Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), fazendo com que houvesse uma certa sobreposição de competência na função de regular e fiscalizar as cooperativas de crédito, mesmo que o registro ficasse a cargo do Ministério da Agricultura, através do Serviço de Economia Rural (SER) (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Em novembro de 1958 a Sumoc solicitou ao Ministério da Agricultura a edição da Portaria Nº 1.079, interrompendo novos registros de cooperativas de crédito. E no ano de 1962, o Decreto Nº 1.503, do Conselho de Ministros, ratificou a situação. Sendo que, na época o cenário era de turbulência política, resultando no golpe militar de 1964, onde havia um certo receio sobre todo tipo de organização de base, principalmente no meio rural, onde era o principal foco das cooperativas de crédito (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Diante desses acontecimentos, mesmo o cooperativismo de crédito tendo raízes, as ações do governo se mobilizaram para a disputa de competência entre o Ministério da Agricultura, que requeria a responsabilidade do setor, já que as origens eram basicamente rurais, e a Sumoc, que buscava exercer a competência legal a qual lhe foi atribuída. Em consequência desta disputa, o setor apresentou considerável retração, apresentando queda significativa do

número de instituições ao final dos anos 50 e início dos 60, conforme demonstra o gráfico abaixo (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Gráfico 1 – evolução quantitativa das cooperativas de crédito



Fonte: SOARES; MELO SOBRINHO, 2008.

No ano de 1964, com a edição da Lei Nº 4.595⁶ e a criação do BCB, é que as cooperativas de crédito foram classificadas como instituições financeiras (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

A leitura do gráfico 1 expressa a queda das instituições na década de 60, consequência da disputa entre o Ministério da Agricultura e a Sumoc, onde cerca de um quarto das cooperativas deixaram de existir. Porém, de acordo com Soares e Melo Sobrinho (2008), a estabilização do setor aconteceu logo em seguida, posteriormente à publicação da Lei Nº 5.764 de 1971, apresentando crescimento expressivo a partir da década de 80, mesmo com restrições normativas. Nesta época a abertura de novas cooperativas de crédito era permitida somente para empregados de determinada empresa no setor público ou privado, sendo o foco as cooperativas de crédito rural e as do tipo *Luzzatti* (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Por fim, estudos mais recentes do BCB (2015) apontam que as cooperativas de crédito vêm sofrendo expressivo crescimento, e isto reflete melhores condições de renda e qualidade de vida para a população. Mesmo assim, ainda há um extenso espaço a ser ocupado pelas cooperativas em um ambiente que antes era ocupado somente pelos os bancos convencionais.

⁶ Essa Lei dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

2.5 Cooperativas de Crédito e o Crescimento e Desenvolvimento Econômico

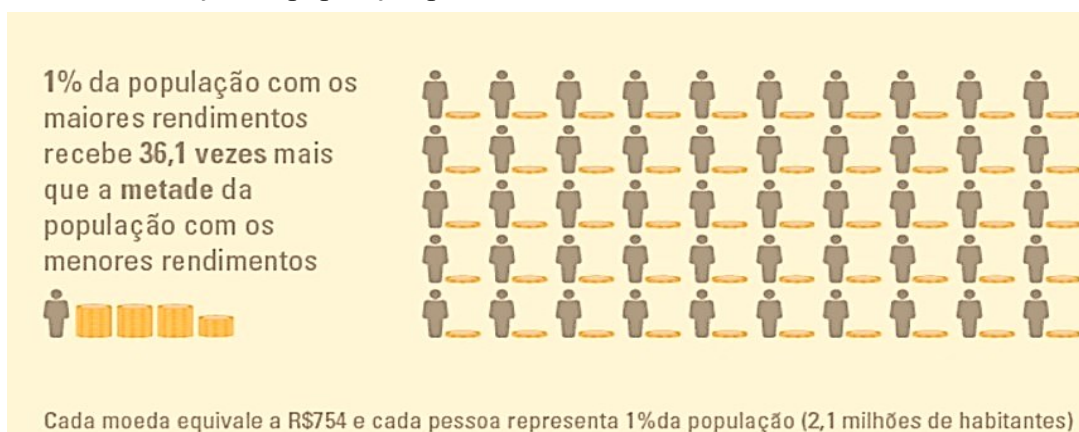
O cooperativismo financeiro gera um ciclo virtuoso no mercado, no sentido que aloca os recursos financeiros captados por meio dos associados na mesma região de localização da cooperativa. Esses recursos redistribuídos, geram renda e aumento no poder aquisitivo da população. Isto promove a necessidade de oferta de novas vagas de trabalho e no aumento da arrecadação de impostos. Isto por sua vez, disponibilizará mais recursos para o poder público, poder investir em infraestrutura e em outros projetos de desenvolvimento econômico e social, ampliando a capacidade produtiva e promovendo novas riquezas (MEINEN; PORT, 2014).

Nesse sentido, incorporando uma análise mais detalhada ressaltam-se as funções desempenhadas pelo SFN, em que, Silva e Porto Júnior (2006), chamam atenção para o fato de que, tais funções, contribuem tanto para o crescimento, quanto para o desenvolvimento econômico do país. São elas: i) mobilização de recursos; ii) alocação dos recursos no espaço e no tempo; iii) administração do risco; iv) seleção e monitoração de empresas; e v) produção e divulgação de informação. Os resultados obtidos pelos autores revelam a relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e crescimento econômico.

Especificamente, ao se tratar do cenário brasileiro, Troster et al. (2007) apontam para a melhoria dos baixos números de distribuição de renda e crescimento, indicando políticas de fomento, como as de bancarização, educação, saúde, habitação, entre outras.

A figura abaixo, ilustra esta disparidade de renda no Brasil.

Figura 2 - Distribuição da população por rendimento



Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas - DPE (2017).

Troster et al. (2007) destacam também a experiência internacional dos modelos de crescimento em que houve sucesso, onde, após um determinado estágio, a desconcentração elevou o crescimento, com a integração da base da pirâmide social, por meio de mudanças em educação, empreendedorismo, tributação, burocracia e crédito. Essas mudanças aumentam a

produtividade desses pequenos produtores (base da pirâmide) e, por consequência, aceleraram o crescimento da economia.

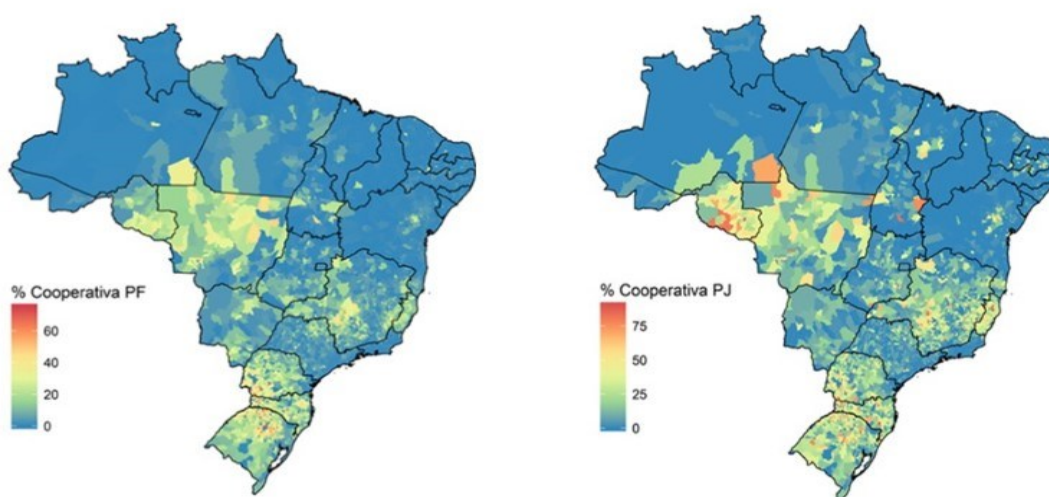
Na concepção dos referidos autores as evidências empíricas demonstram que a bancarização impacta positivamente no crescimento e na distribuição de renda. O acesso a este tipo de serviço favorece a inclusão econômica, impulsiona a formalidade, disponibiliza crédito de consumo e de investimento, serviços de pagamento e cobrança e seguros. Nesta análise, promover os serviços de crédito é fomentar a inclusão, cidadania e crescimento (TROSTER et al., 2007).

A forte relação entre crédito e PIB per capita apontada por Troster et al. (2007) refere-se a proporção de crédito disponível principalmente em países ricos, isto porque um sistema de crédito desenvolvido conduz fundos por todo o sistema econômico, possibilitando o seu crescimento.

No que se refere a participação das cooperativas de crédito, ainda que sejam minoria no mercado de crédito, nos últimos anos de acordo com o BCB (2017), estas instituições vêm demonstrando expressivo crescimento, especialmente no que tange o aumento das operações de crédito voltados para pessoa jurídica.

A figura abaixo demonstra a distribuição geográfica das cooperativas e a modalidade de crédito oferecido (PF, PJ).

Figura 3 - Participação das cooperativas no mercado de crédito em 2017



Fonte: BCB, 2018.

As principais causas desta disparidade espacial remetem aos diferentes graus de desenvolvimento econômico regional, o nível de renda da população, carência de visão

associativista e ascendências históricas e culturais (CHAVES, 2011 apud JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Neste contexto é possível perceber por meio de análise da distribuição geográfica que as cooperativas possuem forte atuação, por exemplo, na região sul do país. A figura apresentada a seguir expressa quantitativamente essa relação, em especial, ao estado de Santa Catarina que se destaca dos demais.

Figura 4 - Percentual de municípios atendidos por região e estado

| Região | UF | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|----------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Sul | SC | 93% | 95% | 97% | 97% | 97% |
| | RS | 87% | 89% | 91% | 92% | 92% |
| | PR | 80% | 82% | 83% | 84% | 84% |
| | Total | 86% | 88% | 90% | 90% | 91% |
| Total no país | | 40% | 42% | 43% | 44% | 45% |

Fonte: BCB, 2016.

O BCB (2015) aponta para a importância das cooperativas como fonte adicional de oferta de crédito no ambiente de atendimento, apontando ainda para as possíveis melhorias das condições de competição bancária.

Por fim, as práticas cooperativas estão estritamente ligadas à economia de onde atuam. Sua atuação, conforme exposto nesta seção, contribuem para os fatores que geram crescimento e desenvolvimento econômico. No cenário do crescimento econômico, sua principal relação é com a geração de renda, já nos aspectos do desenvolvimento econômico, a principal relação está direcionada à diminuição da exclusão financeira. Por sua vez, a inclusão financeira possibilita aos respectivos cooperados adquirirem ativos monetários, cuja liquidez, induz a geração de renda e consumo. A ampliação da demanda por bens e serviços e a oferta para atendê-la, evidenciam os resultados econômicos direcionados, por exemplo, ao mercado de trabalho, devido à probabilidade de geração de emprego. Outros fatores que afetam ambos os termos estão descritos e comentados na seção que trata da análise dos resultados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção refere-se aos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Inicia-se apresentando o tipo de pesquisa, em seguida a coleta de dados, e por fim a análise e interpretação dos dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Referente a abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, e de natureza aplicada, onde o objetivo foi de relacionar o papel das cooperativas de crédito com o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro. Neste sentido, a análise deste trabalho contemplou trabalhos em níveis nacional, estadual e municipal. Na análise de Godoy (1995) a pesquisa qualitativa pode ser realizada de três maneiras: pesquisa documental, estudo de caso e etnografia. Deste modo, o presente trabalho foi realizado através de pesquisa documental, contemplando trabalhos da literatura específica de análise, que conceberam a resposta ao problema de pesquisa anteriormente definido.

O motivo para realização deste estudo é porquê acredita-se que possa haver uma forte relação do crédito com o crescimento e desenvolvimento econômico, principalmente no que se refere ao crédito cooperativista, sendo que ainda há poucos trabalhos que considerem o papel das cooperativas no cenário econômico dos municípios. A motivação principal do estudo é fazer enfoque ao crédito fornecido pelas cooperativas por meio da pesquisa sistemática, trazendo, também, novas contribuições para o ambiente acadêmico.

3.2 Coleta de Dados

Depois de determinada as características do estudo, foi possível definir a maneira de tratamento, e desta forma, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Esta técnica ajudou a transcrever os resultados obtidos para a análise do presente trabalho. E ainda, a pesquisa sistemática em prol de selecionar os trabalhos que contribuíram de alguma forma com o tema de pesquisa. Neste sentido, esta revisão foi realizada considerando o problema de pesquisa formulado inicialmente. De acordo com Galvão e Pereira (2014), a revisão bibliográfica sistemática refere-se a um tipo de pesquisa de investigação com foco em questões bem definidas, que objetiva identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes para o estudo.

Diante desta compreensão, iniciou-se a coleta de dados no Portal de Periódicos CAPES/MEC. Essa primeira etapa consistiu na determinação das palavras-chave que foram exploradas na pesquisa. Mediante essa determinação é que foi possível viabilizar uma busca mais ampla de trabalhos que abordem o tema de pesquisa. A figura abaixo demonstra a relação do problema central com as palavras-chave pesquisadas no Portal.

Figura 5- Palavras-chave utilizadas para fins de pesquisa sistemática



Fonte: A autora, 2018.

Os critérios adotados consistiram na circunstância do tema, com o limite temporal de 2006 a 2016 adotando como fonte de pesquisa: livros, periódicos acadêmicos, revistas especializadas, material jornalístico, entre outros. Após concluída a revisão, obteve-se 13 trabalhos que sustentaram a análise dos dados, tanto em âmbito nacional, como estadual e municipal. A pré-análise consistiu na leitura minuciosa dos trabalhos encontrados e em seguida foi realizada a seleção e organização dos artigos que compõem a análise de dados.

3.3 Análise e Interpretação dos Dados

Está última etapa contempla uma das fases mais importantes do processo de pesquisa. Isto porquê, de acordo com Marconi e Lakatos (1996), é por meio dela que o pesquisador

apresenta os resultados e conclusões sobre a pesquisa. A fim de cumprir com esta etapa, foi utilizado neste trabalho a técnica de análise de conteúdo.

Portanto, o primeiro passo foi a coleta dos estudos a respeito do tema de pesquisa e em seguida foi possível realizar a interpretação dos dados por meio da análise de conteúdo. De acordo com o entendimento de Bardin (1997), a técnica utilizada objetiva enriquecer a leitura e ultrapassar incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada.

Para a facilitação da interpretação dos trabalhos analisados, estes foram separados por quadros e por níveis espaciais (nacional, estadual, municipal e regional), abrangendo a autoria dos trabalhos, objetivos de análise e período de estudo, conforme exposto na próxima seção que trata da Análise dos Dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas técnicas metodológicas estabelecidas, esta seção apresentará os trabalhos que, conforme a literatura especializada retrata a importância das cooperativas de crédito para o crescimento e desenvolvimento do Brasil. Para melhor elucidação, a análise foi dividida em âmbito nacional, estadual e municipal, respectivamente.

4.1. Uma Proposta de Análise em Âmbito Nacional

Esta abordagem contempla os estudos em âmbito nacional a partir da análise de outras propostas, cujo objetivo foi demonstrar o papel das cooperativas de crédito e sua relação com o crescimento e desenvolvimento econômico. O quadro abaixo demonstra a relação de trabalhos que serão abordados nesta subseção.

Quadro 2 - Relação de estudos em âmbito nacional

| Autores | Objetivo de análise | Período | Região |
|-----------------------------------|--|----------------|------------------|
| Santana e Guzmán (2012) | Debater a microfinanças e a necessidade de políticas públicas para viabilização da oferta de crédito à toda população. | - | Cenário Nacional |
| Galeano e Feijó (2012) | Relacionar o crédito com o PIB e a produtividade do trabalho. | 2000 | Cenário Nacional |
| Jacques e Gonçalves (2016) | Medir o impacto das cooperativas de crédito no PIB per capita. | 2007 a 2010 | Cenário Nacional |
| Fabres, Silva e Cavalcanti (2016) | Observar o crescimento das cooperativas de crédito. | 2015 | Cenário Nacional |
| Guerra Junior e Silva (2012) | Analisar o papel das cooperativas no SFN, bem como, do impacto das funções exercidas por essas instituições. | - | Cenário Nacional |
| Schuntzemberger et al. (2015) | Avaliar o impacto da implantação das instituições cooperativas sobre o PIB per capita da agropecuária. | 200 a 2009 | Cenário Nacional |

Fonte: A autora, com base na literatura pesquisada 2018.

Santana e Guzmán (2012) debateram as microfinanças e a necessidade de políticas públicas para viabilização da oferta de crédito à toda população, trabalhando especificamente com a abordagem das finanças solidárias na problemática de democratização do crédito. O principal objetivo das autoras foi: “apresentar as finanças solidárias, no marco das microfinanças, como uma alternativa de política pública capaz de atender, fundamentalmente, as necessidades dos cidadãos mais pobres limitados ao acesso de crédito convencional” (p. 2), para o alcance deste objetivo foi utilizada uma metodologia qualitativa baseada na pesquisa bibliográfica.

Apesar do trabalho não tratar especificamente sobre o crédito fornecido pelas cooperativas, é importante discutir sobre o acesso ao crédito às populações mais desfavorecidas, entre elas, famílias pobres, microempresários e empreendedores.

Já na pesquisa proposta por Menezes e Crocco (2009) *apud* Santana e Guzmán (2012), a exclusão financeira dessa população é representada pela ausência ou precariedade de acesso aos serviços financeiros, isto porque há um desinteresse dos bancos tradicionais em atender um público sem garantias.

[...] Ela decorre (...) do cálculo de risco feito pelos bancos em suas decisões de operações. Como as instituições financeiras assumem que o risco de prejuízo ou inadimplência é inversamente proporcional à renda e à riqueza de seus clientes, ocorre que, espacialmente, a oferta de serviços é menor em locais economicamente mais atrasados e para indivíduos desprovidos (MENEZES; CROCCO, 2009, p. 4 *apud* SANTANA; GUZMÁN, 2012, p. 3).

O impacto da exclusão financeira está diretamente atrelada ao entrave do desenvolvimento, podendo até mesmo servir de catalisadora de outros processos de exclusão, como por exemplo, a exclusão social.

Neste sentido, para ocorrência do desenvolvimento regional é indispensável a presença de uma infraestrutura financeira. Isto porque, oportuniza aos produtores a otimização de suas produtividades por meio da efetuação de investimento, conferindo a eles o bem-estar. É por meio desse processo que esses investidores podem tomar decisões de consumo e poupança não somente no curto prazo, mas também no longo prazo, e serem capazes de se protegerem contra flutuações econômicas (no caso, recessão ou inflação). Sem a ocorrência desse acesso, viver em uma sociedade capitalista contemporânea torna-se um problema, uma vez, que a exclusão financeira gera um ciclo vicioso, devido à falta de acesso aos serviços bancários refletir no desenvolvimento (MENEZES; CROCCO, 2009 *apud* SANTANA; GUZMÁN, 2012).

Em relação ao papel das cooperativas, neste contexto, sugere-se a economia solidária como alternativa à exclusão financeira, onde a intervenção do Estado no fomento às políticas públicas, funciona como apoio e legitimação do acesso ao microcrédito oferecido pelas cooperativas, entre outras entidades, de cunho comunitário (SANTANA; GUZMÁN, 2012).

Em outro momento, Galeano e Feijó (2012), realizaram uma avaliação econométrica sob a perspectiva do crédito em relação ao PIB e a produtividade do trabalho nos anos de 2000. Essa relação reflete no contexto da necessidade de melhorias das condições de crédito para ampliação do crescimento no país. Neste sentido, os autores comprovaram estaticamente a relação causal entre as variáveis citadas acima. Entretanto, essa relação é diferenciada entre as regiões geográficas, ratificando a distribuição desigual do crédito no território brasileiro.

No tocante ao ponto de vista teórico, os respectivos autores (2012), constataram que a disponibilidade de crédito é um importante impulsionador do crescimento econômico, a partir do momento em que sustenta a demanda agregada e, através investimento produtivo, possibilita o aumento da eficiência dos fatores produtivos na economia. Ressaltam os autores que: “um ambiente favorável ao crescimento econômico deve apresentar estabilidade para que a atuação de bancos e firmas seja na direção do incentivo à produção e ao investimento em ativo fixo” (GALEANO; FEIJÓ, 2012, p. 217).

Em se tratando da análise, os autores ainda constataram que o crédito para pessoas físicas (PF) foi o que mais se destacou no período, sendo este importante para o aumento da demanda de consumo e, conseqüentemente, do PIB. Porém, o trabalho evidenciou que deveria haver um maior incentivo para o aumento do crédito, ou seja, oferta a custo mais baixo, para a infraestrutura e para que as indústrias tenham condições de alavancar seu nível de investimento, contribuindo para o aprimoramento da produtividade da economia (GALEANO; FEIJÓ, 2012).

Em outro enfoque, Jacques e Gonçalves (2016), desenvolveram uma pesquisa a qual tinha a finalidade de desenvolver uma avaliação econométrica do impacto das cooperativas de crédito na renda dos municípios brasileiros, bem como, de trazer um breve histórico do cooperativismo no Brasil. Na composição da pesquisa, os autores debateram a importância do crédito para o desenvolvimento econômico, trazendo teorias de alguns autores renomados, entre eles: Gurley e Shaw (1955), Goldsmith (1969) e McKinnon (1973), Schumpeter (1911) e de Keynes (1936). Por meio de estudos empíricos foi possível constatar uma relação robusta entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico.

Vale ressaltar que Jacques e Gonçalves (2016) atrelam ao respectivo trabalho de pesquisa outras experiências que buscaram a relação de causalidade entre essas variáveis, onde as evidências apontam em direção à relação positiva entre a relação do crédito com o crescimento e desenvolvimento econômico. Citando como o exemplo, a obra de King e Levine (1993a), os quais perceberam que os altos níveis de desenvolvimento financeiro estão positivamente associados com o desenvolvimento econômico para uma amostra de 80 países no período de 1960-1989 (JACQUES; GONÇALVES, 2016). Os respectivos autores ainda abordaram o trabalho de Stallings e Studart (2006), e mais uma vez, percebem a confirmação de que o desenvolvimento financeiro é um importante determinante para o crescimento, do mesmo modo, que o sistema financeiro brasileiro pode ser caracterizado como um sistema baseado em bancos, e esses, estão presentes principalmente, em regiões mais desenvolvidas.

Um ponto de destaque da pesquisa realizada por Jacques e Gonçalves (2010) refere-se à importância do crédito oferecido pelas cooperativas para o desenvolvimento local. Isso porque

a instituição assume os riscos das aplicações em benefício da comunidade onde está inserida, possibilitando o desenvolvimento local por meio da formação de poupança e do microcrédito direcionado a iniciativas empresarias de determinada região (SOARES; MELO SOBRINHO, 2007 apud JACQUES; GONÇALVES, 2016). Além de que, as cooperativas oferecem serviços financeiros a um custo menor em termos de taxas e tarifas (SILVA, 2011 apud JACQUES; RODRIGUES, 2016). Assim, a justificativa mencionada avaliou a problemática de pesquisa da seguinte forma: qual é o impacto médio de uma cooperativa nos níveis de PIB per capita dos municípios brasileiros?

Para responder ao problema de pesquisa foi utilizado o método diferenças por diferenças, que consiste basicamente na obtenção da diferença entre o PIB per capita médio dos municípios antes e depois da instalação da cooperativa no município e, também, de obter a mesma diferença para os municípios sem cooperativas. Essa diferença representa o impacto médio da cooperativa no PIB per capita. Esse método dispõe da vantagem de considerar, para fins de cálculo, os efeitos fixos individuais de cada município na determinação do PIB e os efeitos no tempo que poderiam afetar os resultados (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Para aplicação do método, os autores utilizaram de uma amostra de 3.580 municípios brasileiros. E a variável de causa foi o PIB per capita desses municípios no período de 2010 (pós tratamento) e 2007 (antes do tratamento). O grupo de controle recebeu o valor de “0” quando o município não possuía cooperativas de crédito entre 2006 a 2009; do mesmo modo, o grupo tratado recebeu valor de “1” cooperativas nos anos 2006 e 2007 e passou a ter em 2008 e 2009. De acordo com os autores, o ano de 2007 foi escolhido como limite temporal devido a Resolução N°. 3.442⁷ do BCB ter sido editada neste ano, estendendo o limite da população para a criação de cooperativas de crédito de livre admissão (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Após a aplicação da metodologia econométrica o resultado obtido demonstrou que os municípios com cooperativas de crédito (grupo tratado) apresentaram um PIB per capita R\$ 1.825,00 maior que os municípios sem cooperativas de crédito (grupo controle), significativo a 5%. (JACQUES; GONÇALVES, 2016). Entretanto, devido à limitação do modelo, é impossível considerar os efeitos variáveis de cada município considerado, como por exemplo, o fato do município com cooperativa possuir um PIB per capita mais elevado que o município sem cooperativa não garante que a cooperativa foi a única variável que impactou nesta condição. Variáveis como, número populacional, número de empregos, região de localização entre outras variáveis também podem interferir neste contexto.

⁷ Documento normativo revogado pela Resolução nº 3.859, de 27/5/2010.

O que finalmente deve ser destacado a partir do estudo do trabalho de Jacques e Gonçalves (2016) é a comprovação de que as cooperativas de crédito interferem positivamente na renda dos municípios e apesar do sistema cooperativo de crédito ter uma posição minoritária dentro do SFN, o mesmo vem apresentando um crescimento significativo em relação à composição dos ativos, em operações de crédito depósitos e patrimônio líquido. Em comparação à países que fazem uso do crédito das cooperativas há mais tempo, nota-se que o Brasil ainda possui muito espaço para crescer neste segmento de crédito. Além disso, as cooperativas podem ser uma alternativa para municípios desprovidos de agências bancárias e consequentemente carentes de crédito (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Outro trabalho importante, é o proposto por Fabres, Silva e Cavalcanti (2016), cujo enfoque é o de observar o crescimento das cooperativas de crédito no cenário brasileiro no período de 2015 e o impacto financeiro destas instituições na sociedade. Por meio de uma análise gráfica os autores demonstraram a evolução dos três principais sistemas de cooperativas de crédito (SICOOB, SICREDI e UNICRED) em meio à recessão econômica vivenciada pelo país no ano de 2015. Com base na análise dos autores, foi possível perceber que houve expressivo crescimento das cooperativas analisadas ou uma evolução positiva dessas instituições.

Em se tratando do papel dessas instituições na sociedade através de uma comparação das taxas de juros oferecidas pelas cooperativas de crédito com as oferecidas pelos bancos foi possível perceber expressivas diferenças. Neste cenário, as taxas oferecidas pelas cooperativas de crédito chegam à metade das oferecidas pelos bancos, ocasionando maiores oportunidades de acesso ao crédito por meio dos serviços prestados pelas instituições de cooperativas (FABRES; SILVA; CAVALCANTI, 2016).

Apesar de fragilizada, a conjuntura econômica do país permitiu, em 2015, que os sistemas de cooperativas de crédito demonstrassem resultando positivos. Destacam-se assim o crescimento do número de cooperados em aproximadamente 10%, crescimento no Ativo Total em 15% em relação ao exercício anterior e também o aumento no número de operações de crédito, depósitos totais e Patrimônio Líquido das cooperativas. Neste contexto, as cooperativas de crédito surgem como uma oportunidade atrativa de investimento (FABRES; SILVA; CAVALCANTI, 2016).

No Trabalho de pesquisa de Guerra Junior e Silva (2012) apresenta-se outra oportunidade para entender que as cooperativas de crédito, em âmbito nacional – observando, especificamente, a realidade das cooperativas de crédito mútuo no Brasil – têm importância para toda a sociedade devido à aplicação de recursos privados de associados em favor da

comunidade onde as mesmas estão inseridas. O estudo busca fazer uma análise do papel das cooperativas no SFN, bem como do impacto das funções exercidas por essas instituições. Em linhas gerais, foi percebido que as cooperativas de crédito exercem um importante papel no SFN, caracterizado pela redução das taxas cobradas nas intermediações de operações de crédito, aumento do número de instituições, volume de operações e de associados – ressalta-se ainda que o segmento de cooperativas de crédito é um importante instrumento para a sociedade, pois promove a aplicação de recursos privados e assume os riscos em prol da comunidade onde está inserida.

Constata-se que as cooperativas também representam as ações diretamente promovidas pelos cidadãos, que são cooperados e por consequência tomadores do serviço. Estas ações são importantes na medida em que promovem desenvolvimento local de forma sustentável, principalmente no que se refere aos aspectos de formação de poupança e o financiamento de iniciativas empresariais, trazendo benefícios claros em termos de geração de empregos e de distribuição de renda. Diante deste cenário, as cooperativas de crédito mútuo são vistas como uma opção pela qual alguns setores da sociedade estão fomentando a humanização do sistema financeiro, oferecendo juros do crédito e a remuneração do capital em patamares mais justos (GUERRA JUNIOR; SILVA, 2012).

No que concerne a atuação das cooperativas de crédito rural solidário, Schuntzemberger et al. (2015) evidenciaram através de uma pesquisa seminal o impacto da implantação dessas instituições sobre o PIB per capita da agropecuária dos municípios brasileiros no período de 2000 a 2009.

Por meio do método Diferenças-em-Diferenças com pareamento por escore de propensão, Schuntzemberger et al. (2015), identificaram uma relação causal positiva, demonstrando que a presença das cooperativas de crédito rural impactou sobre o PIB per capita municipal da agropecuária em R\$ 987,66, significativo a 5%, comparando aos municípios que não possuíam cooperativa em 2006 e 2007 e que estabeleceram em 2008 ou 2009. Sendo que, o PIB per capita agropecuário dos municípios que instituíram as instituições de crédito rural solidário nos anos de 2008 e 2009 foi 20% maior do que os municípios que não obtinham esse tipo de instituição.

Algumas observações podem ser extraídas diante do que foi apresentado até o momento. É perceptível que a partir da oferta de microcrédito, as cooperativas de crédito surgem como provedoras de recursos financeiros à parcela da sociedade antes excluída financeiramente, esse contingente populacional relaciona-se tanto às famílias de baixa renda, como microempresários que buscam financiamento para abrir seu próprio negócio. A inclusão financeira, nesse sentido,

possibilita aos respectivos agentes adquirir ativos monetários, cuja liquidez, possibilita a geração de renda e consumo. A ampliação da demanda por bens e serviços e a oferta para atendê-la, evidenciam os resultados econômicos direcionados, por exemplo, ao mercado de trabalho, devido à probabilidade de geração de emprego.

No que se refere ao crédito e sua relação com o crescimento econômico e desenvolvimento econômico, os estudos demonstram que há uma relação positiva; sendo que, a disponibilidade de crédito impulsiona a demanda agregada, ou seja, a demanda total de bens e serviços com um determinado nível de preço, e também os investimentos produtivos, promovendo o crescimento mencionado. Porém algumas evidências denotam que a oferta do crédito é mal distribuída geograficamente, e que para o aumento do crédito é necessário oferta a custos mais baixos, como é o exemplo do trabalho desenvolvido o que pode também ser observado em Galeano e Feijó (2012). Neste cenário, as cooperativas de crédito surgem como alternativa para oferta de crédito, no sentido que oferecem recursos com taxas de juros mais atrativas do que os bancos comerciais e por estarem presente em regiões menores, onde muitas vezes os bancos comerciais não têm interesse de atuação.

É importante destacar que os municípios que possuem cooperativas de crédito possuem melhores condições de aumento de renda, isto é, PIB per capita, que por sua vez, gera crescimento econômico, do que os municípios sem cooperativas de crédito, conforme apontam as evidências empíricas expostas nos trabalhos analisados. No entanto, o que pode inibir a relação causa-efeito apresentada, é a presença de um sistema financeiro baseado em bancos convencionais, presente principalmente em regiões mais desenvolvidas – onde o sistema financeiro é baseado no crédito oferecido pelas respectivas instituições – minimize o efeito promovido pelas cooperativas de crédito no crescimento e desenvolvimento econômico, porém não o anula.

No aspecto social, percebe-se que as cooperativas de crédito estão contribuindo para o desenvolvimento local de maneira sustentável, no sentido que alocam recursos privados e assumem os riscos em favor da comunidade onde estão estabelecidas, promovem também a formação de poupança e financiamentos de iniciativas empresariais, ocasionando em melhores condições de geração de emprego e distribuição de renda.

4.2. Uma Proposta de Análise em Âmbito Estadual

Esta subseção tratou da análise de trabalhos que levaram em consideração os espaços delimitados em âmbito estadual. Diante da importância das informações contidas e do espaço

geográfico em que as ações das cooperativas de crédito são estabelecidas, discutiu-se aqui, os resultados de dois trabalhos, conforme aponta o quadro abaixo.

Quadro 3 – Relação dos estudos em âmbito estadual

| Autores | Objetivo de análise | Período | Região |
|------------------------|---|----------------|---------------------|
| Rocha e Nakane (2007) | Avaliar o grau de precedência temporal entre os componentes exógenos das variáveis financeiras e de crescimento econômico brasileiro. | 1995 a 2002 | Estados brasileiros |
| Vilela, Nagano e Merlo | Verificar o desempenho das cooperativas. | 2001 e 2002 | São Paulo |

Fonte: A autora, com base na literatura pesquisada 2018.

Rocha e Nakane (2007) procuraram evidenciar a partir de trabalhos seminais a relação de indicadores do sistema financeiro com a elevação do desenvolvimento econômico. Por meio de uma análise de painel dos estados brasileiros no período de 1995 a 2002, estes autores, com uso de um procedimento de teste baseado nas metodologias sugeridas por Holtz-Eakin, Newey e Rosen (1988) e Granger e Huang (1997), avaliaram o grau de precedência temporal entre os componentes exógenos das variáveis financeiras e de crescimento econômico brasileiro.

Na concepção de Rocha e Nakane (2007), quando se trata das condições fundamentais da economia, o sistema financeiro surge como importante agente para à promoção do desenvolvimento econômico, difundindo com enorme força os ciclos de negócio. Assim, o papel desempenhado pelas instituições financeiras no processo econômico, deve ser levado em consideração, uma vez que, através de sua intermediação:

[...] elas determinam quais organizações econômicas sobreviverão e quais vão perecer, quais empresários controlarão as organizações e quais não, quais tipos de investimento podem ser feitos e quais não podem, e quais novos produtos econômicos podem ser introduzidos pelas empresas e quais não podem (KING; LEVINE, 1993, p. 156 *apud* ROCHA; NAKANE, 2007, p. 1, tradução nossa).⁸

Por intermédio das análises dos autores, constatou-se que os componentes exógenos dos indicadores financeiros analisados estaticamente implicam na determinação do produto nos estados brasileiros, isto é, causam produto. Porém, o mesmo não ocorre quando se utiliza uma periodicidade mensal e não anual. Este fenômeno pode ser explicado considerando o curto prazo, onde o sistema financeiro acaba se tornando um simples reflexo das condições reais da economia. O resultado obtido pode servir de apoio para formulação de políticas públicas

⁸ “they determine which economic organizations will survive and which will perish, which entrepreneurs will control organizations and which will not, which types of investment can be made and which cannot, and which new economic products can be introduced by firms and which cannot”.

voltadas a promoção do nível de renda no país, ou seja, incremento em atividades que fomentem as instituições financeiras, por exemplo, promoção de concorrência no setor e a definição de um padrão regulatório, com regras claras e razoáveis (ROCHA; NAKANE, 2007).

No que se refere ao trabalho de Vilela, Nagano e Merlo (2007), os autores retratam o desempenho das cooperativas, aplicando uma metodologia de Análise Envoltória de Dados (DEA) no estado de São Paulo. Com isso, avaliam o desempenho das cooperativas de crédito rural por meio das variáveis de dados das demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras e Perdas e o número de cooperados nos anos de 2001 e 2002. Os autores identificaram que as cooperativas de crédito que possuem um alto volume de recursos possuem mais facilidade de atuarem com maior eficiência. Porém, esse contexto não denota que necessariamente todas as cooperativas de grande porte são eficientes. Há um conjunto de variáveis ligadas às condições de político-sociais da região de atuação que interferem neste processo de eficiências das instituições cooperativas. Em contrapartida, as cooperativas pequenas, com pouco volume de recursos, podem também atingir a eficiência por meio dos seus objetivos sociais e econômicos. Acerca deste contexto nota-se a importância das políticas sociais em prol do trabalho desenvolvido pelas cooperativas.

Comparativamente, o trabalho desenvolvido por Rocha e Nakane (2007), mesmo não tratando das cooperativas de crédito, traz importantes contribuições a respeito do papel desempenhado pelo sistema financeiro e sua influência na elevação do desenvolvimento econômico. Dentro do sistema financeiro, estão presentes também as cooperativas de crédito, que mesmo não ocupando as mesmas posições dos bancos comerciais, vem demonstrando expressivo crescimento, em termos de expansão territorial, números de cooperados, operações de crédito, composição dos ativos, depósitos e patrimônio líquido, resultando em melhores condições de vida para a população.

Por fim, surgem evidências de que as cooperativas de crédito com maiores volumes de recursos são as que obtêm maiores chances de atuarem com maior eficiência. Esta eficiência pode estar atrelada a produtividade e aos rendimentos produzidos pelas cooperativas com maiores ativos financeiros.

4.3 Uma Proposta de Análise em Âmbito Municipal

O quadro a seguir foi estabelecido para apresentar os trabalhos cujo universo de pesquisa se estabelece em âmbito municipal. Esta subseção buscou delimitar ainda mais o espaço em

que as ações financeiras promovidas pelas cooperativas de crédito possam influenciar no crescimento e desenvolvimento econômico.

Quadro 4 - Relação dos estudos em âmbito municipal

| Autores | Objetivo de análise | Período | Região |
|-------------------------------------|---|----------------|------------------------|
| Francisco et al. (2009) | Analisar a atuação das cooperativas de crédito, como intermediadora financeira, e seus reflexos na economia regional de atuação. | 2008 | Minas Gerais |
| Kroth, Dias e Giannini (2006) | Verificar a importância do crédito rural e da educação para PIB per capita do setor agrícola. | 1999 a 2004 | Municípios Paranaenses |
| Scudella, Massuquetti e Ness (2015) | Medir a contribuição socioeconômica da cooperativa de crédito Sicredi Serrana RS. | 1997 a 2010 | Boa Vista do Sul |
| Lajus e Menezes (2015) | Entender o ganho social que a Cooperativa de Crédito dos Profissionais da Saúde, Contabilistas, Empresários e Professores do Oeste e Serra (UNICRED OESTE E SERRA) poderia trazer para o município. | - | Chapecó |
| Coelho, Silva e Lima (2013) | Demonstrar a importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional. | 2007 a 2012 | Cenário Municipal |

Fonte: A autora, com base na literatura pesquisada 2018.

O trabalho de Francisco et al. (2009) buscou fazer uma análise da atuação das cooperativas de crédito, como intermediadora financeira, e seus reflexos na economia regional de atuação. A importância do tema, segundo os autores, pode ser explicada através das medidas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BCB para promover as cooperativas de crédito, objetivando a prestação de serviços microfinanceiros. Isso se deve pelo fato do tamanho do sistema das cooperativas de crédito no Brasil ser ainda muito pequeno quando comparado à vários países, como é o exemplo da Alemanha, Itália, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal. Sem contar no seu enorme potencial de crescimento (FRANCISCO et al., 2009).

Considerando as circunstâncias expostas no parágrafo acima, os autores optaram por fazer um estudo de caso no Sicoob Credicampo com análises quantitativas descritivas, com fins exploratórios. O estudo consistiu em fazer uma comparação das operações de crédito e volumes de depósitos (a vista, a prazo e de poupança) das cooperativas de crédito com as instituições financeiras convencionais (Bancos) em três cidades do estado de Minas Gerais (Desterro de Entre Rios, Jeceaba e São Brás do Suaçuí), tendo como ano base, 2008.

O resultado encontrado na Agência Sicoob Credicampo da cidade de Jeceaba foi um montante de depósitos no valor de R\$ 2.004.000 (Dois milhões e quatro mil reais) e de operações de crédito o montante foi de R\$1.374.000 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil reais). Já os bancos possuíam R\$2.635.000 (Dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil reais) em depósitos e R\$340.000 (trezentos e quarenta mil reais) em operações de crédito. Porém quando se trata do percentual de recursos reaplicados na cidade, a cooperativa atinge 69% enquanto os bancos reaplicam apenas 13% (FRANCISCO et al., 2009).

Enquanto no Sicoob Credicampo de Desterro de Entre Rios os depósitos foram de R\$ 2.195.000 (Dois milhões, cento e noventa e cinco mil reais) e as operações de crédito de R\$1.690.000 (Hum milhão, seiscentos e noventa mil reais). No que se refere aos bancos esse montante foi de R\$6.334.000 (Seis milhões, trezentos e trinta e quatro mil reais) em depósitos e R\$348.000 (trezentos e quarenta e oito mil reais) em operações de crédito. Contudo, o percentual de recursos reaplicados na praça foi de 77% pela cooperativa e 5% pelos bancos (FRANCISCO et al., 2009).

Já na cidade de São Brás do Suaçuí os depósitos obtidos pelo Sicoob Credicampo foram de R\$ 2.346.000 (Dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil reais) e as operações de crédito se concretizaram em R\$1.629.000 (Hum milhão, seiscentos e vinte e nove mil reais). Em relação aos bancos os montantes de depósitos foram de R\$2.880.000 (Dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais) e as operações de crédito se constituíram em R\$294.000 (duzentos e noventa e quatro mil reais). Todavia, dos recursos aplicados na cooperativa 69% retornaram para cidade, em contrapartida dos bancos que aplicaram somente 10% dos recursos obtidos na praça da cidade (FRANCISCO et al., 2009).

Os motivos pelas quais justificam a desproporção entre o volume de operações de crédito e de depósitos captados não foram abordados no estudo. Porém, a apresentação dos dados obtidos pelos autores do trabalho foi de suma importância para explicar o resultado da pesquisa. É notório o fato de que a maior parte dos recursos captados pelos bancos não é devolvido na forma de operações de crédito, e sendo assim, dois movimentos ocorrem em direções opostas. Se por um lado, é possível perceber que diante da atuação das cooperativas de crédito não há impactos relevantes na economia local por meio da intermediação financeira – sobre esses impactos entende-se os prejuízos sofridos por esses municípios devido à grande transferência dos recursos captados para outros locais, o que deixa de gerar riqueza para as empresas, pequenos empresários e a população como um todo, resultando em desvantagens para agentes econômicos locais em relação aos de grandes centros, potencializando a concentração de renda e desigualdade social. Por outro lado, é possível verificar a importância das cooperativas devido à grande parte de seus depósitos retornarem para o mesmo local de origem da aplicação em forma de operações de crédito, isso promove a intermediação financeira, maximizando a reciclagem dos recursos poupados que são direcionados a novos investimentos, contribuindo para o desenvolvimento regional (FRANCISCO et al., 2009).

Kroth, Dias e Giannini (2006), por meio da verificação da importância do crédito rural e da educação para o setor agrícola, buscaram trabalhar com estimativas em painel de dados dos municípios do Paraná no período de 1999 a 2004. Juntamente com esta estimativa,

verificaram o efeito de duas variáveis estruturais, sendo elas as cooperativas de crédito e as ferrovias.

No tocante ao objetivo deste trabalho, o estudo de Kroth, Dias e Giannini (2006) confirmou através da metodologia econométrica que as cooperativas são significantes para o produto per capita (significância de 5%), comprovando a importância dessa variável nos municípios para a garantia de melhores retornos sobre a produção agrícola per capita. Confirmando ainda, que nos municípios onde as cooperativas estão atuando o desempenho está sendo maior, isto porque as cooperativas de crédito auxiliam na prestação de assistência técnica, intercâmbio de insumos a preços mais acessíveis, além de atuarem no período de comercialização e facilitarem as negociações e estocagem.

Em outro direcionamento, Scudella, Massuquetti e Ness (2015), analisaram a partir de uma avaliação econométrica a contribuição socioeconômica da cooperativa de crédito Sicredi Serrana RS no desenvolvimento local do município de Boa Vista do Sul nos anos de 1997 a 2010. Com este trabalho, os autores averiguaram a seguinte situação:

O estudo permitiu constatar a influência que o cooperativismo de crédito tem no desenvolvimento regional, sendo considerado um modelo econômico e social de organização que não faz distinção entre as classes sociais, culturas e religiões e que busca, primeiramente, o bem estar de seus cooperados. Conclui-se que as cooperativas de crédito têm um papel de destaque na promoção do desenvolvimento regional, sendo consideradas um fator endógeno de impulsão de crescimento, pois a sociedade local participa, já que as pessoas se organizam em torno de interesses em comum. Além disso, realocam os recursos na mesma região, melhorando a qualidade de vida da área de abrangência (SCUDELLA; MASSSUQUETTI; NESS, 2015, p 170).

Em síntese, por meio da estimação do modelo econométrico, os resultados obtidos indicam que a cooperativa em análise contribuiu efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico do município de Boa Vista do Sul em 14,91% desde sua instalação em 2003. Neste cenário, a cooperativa em questão colabora para a agricultura familiar e avicultura, no sentido que oferta empréstimos e financiamentos para os agricultores com juros mais atrativos do que dos bancos comerciais, recursos estes provenientes da própria cooperativa e também de programas do governo, como por exemplo, o Programa Nacional de Financiamento Agrícola Familiar (Pronaf). Além de beneficiar os cooperados que recebem proporcionalmente as sobras líquidas de cada exercício, contribuiu para a geração de empregos, já que maior parte dos funcionários que trabalhavam na cooperativa residiam no município. Por fim, destaca-se o que já foi ressaltado em outros trabalhos aqui comentados, sobre a reciclagem dos recursos para a própria sociedade onde a cooperativa está inserida, ou seja, todos os recursos das cooperativas

são destinados aos municípios onde atuam, favorecendo não somente o âmbito econômico, mas também o social (SCUDELLA; MASSUQUETTI; NESS, 2015).

Lajus e Menezes (2015) trabalharam em prol de entender o ganho social que a Cooperativa de Crédito dos Profissionais da Saúde, Contabilistas, Empresários e Professores do Oeste e Serra (UNICRED OESTE E SERRA) poderia trazer para o município de Chapecó/SC. Sendo que, o estudo de caso obteve como enfoque o papel político social do cooperativismo de crédito.

O trabalho desenvolvido por Lajus e Menezes (2015), demonstrou que a UNICRED contribuiu para o desenvolvimento local e regional, devido aos recursos captados serem utilizados dentro do mesmo ambiente onde estão inseridas, somando em melhorias para a população de modo geral. Da mesma maneira, os dados obtidos confirmaram que as cooperativas de crédito podem ser uma opção interessante dentro do sistema capitalista, isto porque atua em prol dos principais agentes sociais do desenvolvimento, as pessoas. Refletindo em melhoria das condições de vida desses agentes em termos mais amplos e não somente na obtenção de acumulação de capital, o que gera desigualdade social expressa por meio da miséria, pobreza e exclusão social.

Coelho, Silva e Lima (2013), buscaram demonstrar a importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional, por meio das técnicas qualitativa e quantitativa aplicada à pesquisa bibliográfica, documental com dados secundários e, por fim, um estudo de caso. Neste contexto, o intuito dos autores foi de sinalizar a capacidade das práticas do cooperativos de crédito como uma possibilidade endógena promotora das regiões onde atuam, bem como, de apresentar a importância das práticas cooperativa em uma área restrita e suas possibilidades de geração de emprego e renda de modo geral. A justificativa da análise deve-se à necessidade de destacar a função econômico-financeira do cooperativismo de crédito, tão pouco utilizada no Brasil, e, que é capaz de oportunizar ganhos financeiros e benefícios ao capital humano.

Por intermédio da análise, inferiu-se que o desenvolvimento advém da fração de trabalhadores produtivos sobre os improdutivos, ou seja, aumento dos níveis de emprego e crescimento da renda média da população, ratificado no estímulo de recursos da economia local sob forma de empréstimos. Na mesma linha de raciocínio, os autores demonstraram que a prática do cooperativismo de crédito viabiliza a junção do capital social, capital financeiro e capital humano contribuindo para a ampliação do efeito multiplicador dos investimentos realizados (COELHO; SILVA; LIMA, 2013).

Os resultados demonstrados nesta subseção, apontam que as atividades desempenhadas pelas cooperativas de crédito estão consonância com o desenvolvimento local, isto justifica-se pelo fato dessas instituições aplicarem a maior parte dos recursos no mesmo lugar de atuação, diferentemente dos bancos comerciais que aplicam um percentual minoritário. Estes recursos refletem em maiores ofertas de operações de crédito e reciclagem da poupança, direcionando estes recursos a novos investimento. Porém, os recursos captados pelos bancos via depósito obtém maiores volumes, demonstrando uma relação reversa quanto ao impacto das cooperativas, já que grande parte dos recursos são captados pelas instituições bancárias e as mesmas não fazem a aplicação dos recursos na mesma região de atuação, assim como as cooperativas fazem. Desse modo, com a baixa captação de depósitos, as cooperativas não conseguem grande disponibilidade de recursos para realocar no município ou região de atuação e, conseqüentemente, contribuir para a economia local.

Considerando a atuação das cooperativas de crédito rural solidário, uma das pesquisas realizadas apontou para o importante papel dessas ao crescimento do PIB per capita agrícola; isto porque, admite-se que elas oferecem melhores garantias de retornos sobre a produção agrícola e auxiliam na prestação de assistência técnica aos agricultores. Além disso, oferecerem crédito a taxas mais acessíveis aos respectivos tomadores de recursos, diante do crédito oferecido por estas instituições e que não são oferecidos pelos bancos tradicionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa contou com a abordagem das principais teorias que envolvem o crescimento e desenvolvimento econômico, onde, a partir da contextualização literária sobre o assunto foi possível relacionar os respectivos fenômenos ao papel desempenhado pelas cooperativas de crédito. A literatura analisada também possibilitou verificar o histórico das respectivas instituições desde seu surgimento na Alemanha, bem como, de sua atuação no cenário brasileiro e a forte evolução deste segmento, ao longo dos anos.

Cumpra-se a hipótese estabelecida neste trabalho, aceitando-se o fato de que o papel exercido pelas cooperativas de crédito tem relação direta com o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil. Tal afirmação encontra-se respaldada a partir das conclusões dos trabalhos econométricos de Jacques e Gonçalves (2016) que avaliaram estaticamente o impacto do crédito das cooperativas sobre o PIB per capita dos municípios brasileiros, comprovando que as cooperativas atingem um impacto médio de R\$ 1.825 no PIB per capita para uma amostra de 3.580 municípios brasileiros, significativo a 5%. Ou seja, nesta perspectiva, as cooperativas de crédito causam um efeito positivo na renda dos municípios. A mesma relação é observada nos trabalhos de Fabres; Silva e Cavalcanti (2016) onde, além do crescimento das referidas instituições no ano de 2015, em um ambiente de recessão econômica, elas possibilitaram o acesso a taxas de juros mais atrativas que a dos bancos convencionais. Essas taxas cobradas de forma reduzida promovem melhores condições de acesso ao crédito, maior volume de operações e a inclusão de novos associados.

Apesar da fragilidade econômica vivenciada pelo Brasil no período, os sistemas de cooperativas de crédito apresentaram resultados positivos promovendo investimentos, importantes ao desenvolvimento territorial, já que promovem o aumento dos níveis de emprego e o crescimento da renda média da população a partir do provento de empréstimos nas regiões estudadas.

Kroth, Dias e Giannini (2006) ressaltam um fato importante, que nos municípios onde as cooperativas atuam o desempenho é maior, isto porque, as respectivas instituições auxiliam na prestação de assistência técnica, intercâmbio de insumos à preços mais acessíveis, o que por sua vez, auxilia no processo de formação dos produtos para atendimento a demanda crescente.

Em relação aos resultados em torno do desenvolvimento socioeconômico nota-se, em alguns casos, que os recursos captados pelas cooperativas de crédito são destinados aos mesmos municípios onde atuam o que favorece não somente o âmbito econômico, mas também o social – um ponto importante na relação das cooperativas de crédito com os fenômenos crescimento

e desenvolvimento econômico. Aliás, em relação ao desenvolvimento econômico, as cooperativas de crédito podem ser uma interessante opção dentro sistema puramente mercadológico, isto porque atua em favor das pessoas, principais agentes do desenvolvimento econômico. Nesse contexto cabe mencionar ainda, as relações positivas oriundas das finanças solidárias frente as necessidades dos cidadãos mais pobres, com dificuldade de acesso ao crédito convencional, são eles: pessoas pertencentes às famílias de baixa renda, ou ainda, pequenos empresários que na ausência ou precariedade de acesso aos serviços financeiros acabam sendo excluídos do sistema convencional de crédito. Estes indivíduos podem permanecer em condições socioeconômicas desfavoráveis, sendo socialmente excluídos se não houver inclusão financeira. O que se percebe é que o acesso ao microcrédito oferecido pelas cooperativas de crédito surge como propulsor da diminuição da exclusão financeira.

Em suma, a partir da literatura pesquisada, da análise minuciosa sobre objetivos e conclusões contidos nos materiais investigados, concluiu-se que as cooperativas de crédito são importantes para o crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil, quando desempenham seu papel de modo contributivo nas regiões onde estão localizadas, principalmente aquelas menos desenvolvidas e desfavorecidas de acesso ao crédito. Com isso, confirma-se que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados.

Por fim, destaca-se que há uma vasta linha de estudos para ser explorada sobre o segmento de cooperativismo de crédito, pois com a revisão sistemática deste estudo foi possível comprovar que apesar de haver trabalhos que tratem sobre a temática, ainda há muito a ser explorado sobre estas instituições que vêm se destacando cada vez mais perante o sistema financeiro e a sociedade. Portanto, sugere-se para estudos futuros, a comparação das cooperativas de crédito de grandes regiões com as de pequenas regiões; a análise o impacto das cooperativas de crédito da região sul e nordeste do país sobre o crescimento econômico, já que no Sul há uma forte predominância de cooperativas e o estudo comparativo do crédito oferecido pelas cooperativas com o crédito oferecido pelos bancos e o impacto destes perante a renda dos municípios.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS – IBGE. 10% da população concentram quase metade da renda do país. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais>>. Acesso em 08 de Setembro de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Financeiro Nacional. Cooperativismo de crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>>. Acesso em: 28 de outubro de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. 2015. Brasília.

BCB; OCB; SESCOOP. **Cooperativismo de crédito: boas práticas no Brasil e no mundo**. Brasília: Farol Estratégias em Comunicação, 2016. 204 p.; 23 cm.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta contra a pobreza: panorama geral**. 2000. Washington, D.C., EUA.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Nº: 101431-BR-Diagnóstico sistemáticos do país**. 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRESSER, L. C.P. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

COELHO, M. S. M.; SILVA, B. S. L. E.; LIMA, C. C. A Importância do cooperativismo de crédito no desenvolvimento regional. Revista Opara, v. 3, p. 111, 2013.

DMITRUK, H. B. Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico. 7. ed. Chapecó: Argos, 2009.

Estudos Especiais do Banco Central. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/ESTUDOSSESPECIAIS/>. Acesso em 09 de Setembro de 2018.

FABRES, Suellen F. C.; SILVA, K. L.; CAVALCANTI, R. G. A evolução do Cooperativismo de Crédito e seu impacto financeiro na sociedade brasileira: Uma análise do cenário de 2015. In: Anais do Congresso Internacional de Administração, 2016, Natal - RN. Congresso Internacional de Administração - ADMPG, 2016.

FEIJÓ, C; GALEANO, E. V. Crédito e Crescimento Econômico: Evidências a partir de um Painel de Dados Regionais para a Economia Brasileira nos Anos 2000. Documentos Técnico-Científicos. Volume 43, Nº 02. Abr./Jun. 2012.

FRANCISCO, J. R. S. et al. A Importância das Cooperativas e Crédito como Agentes de Desenvolvimento Regional: Um Estudo Na Sicoob Credicampo. In: Anais do VI Convibra Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2009, São Paulo - SP.

GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M. G. . Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 23, p. 183-184, 2014.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *RAE. Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

GUERRA JUNIOR, A.; SILVA, L. B. As Cooperativas de Crédito Mútuo no Brasil. *Caderno de Administração (UEM)*, v. 20, n. 1, p. 44-55, 2012.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O. Cooperativas de Crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. *Economia e Sociedade*, v. 25, p. 489-509, 2016.

JONES, C. I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KROTH, Darlan Christiano; DIAS, Joilson; GIANNINI, Fabio A. A importância do crédito rural e da educação na determinação do produto per capita rural: um estudo dinâmico em painéis de dados para os municípios paranaenses. *Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 2006, Fortaleza-CE.

LAJÚS, M. L. S.; MENEZES, C. M. Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento. *Economia e Desenvolvimento (Recife)*, 2016.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATOS, O. C. DE. Desenvolvimento do Sistema Financeiro e crescimento econômico no Brasil: evidências de causalidade. **Trabalhos para Discussão**, 2002.Brasília.

MAZZUTTI, C.C.T.P; TAQUES, F.H. Qual a Relação entre desigualdade de Renda e Nível De Renda Per Capita? Testando a Hipótese De Kuznets para as Unidades Federativas Brasileiras. *Planejamento e políticas públicas*. n. 35, p. 161-186, jul./dez. 2010.

MEINEN, Ê.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confabras, 2014.

NOGAMI, O.; PASSOS, C.R.M. **Princípios de Economia**. 5º edição. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

OCESC. Disponível em < <http://www.ocesc.org.br/itens/numeros> >. Acesso em: 14 de Outubro de 2018.

PINHEIRO, M.A.H. Cooperativas de Credito: História da evolução normativa no Brasil. 6.ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.uniprimedourados.com.br/upload/file/pagina/anexo_8_file1_cooperativas-de-credito-histria-da-evolucao-normativa-no-brasil.pdf>.

Porta de Periódicos CAPES/MEC. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em Nov/Dez. 2018.

ROCHA, B. P.; NAKANE, M. I. Sistema financeiro e desenvolvimento econômico: Evidências em um painel para o Brasil. In: Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007, Recife, PE. XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007.

SANTANA, C. A.; GUSMAN, I. P. R. Uma Leitura das Finanças Solidárias como Alternativa de Acesso ao Crédito para a População de Baixa Renda. In: EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2012, Rio de Janeiro - RJ. In: Anais do XXXVI Encontro da ANPAD, 2012.

SANTOS, R.F.; SCHLINDWEIN, M.M. Análise De Indicadores De Desenvolvimento Da Região Centro-Oeste Do Brasil. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 936-946, jan./jul. 2014.

SCUDELLA, M.; MASSUQUETTI, A.; NESS, M. L. O cooperativismo e o desenvolvimento local: um estudo da Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS - Unidade de Atendimento de Boa Vista do Sul no período 1997-2010. Economia e Ensaios, v. 30, p. 140-177, 2015.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2 edição. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1997.

SCHUNTZEMBERGER, Amanda Massaneira De Souza et al. Análises Quase-experimentais Sobre o Impacto das Cooperativas de Crédito Rural Solidário no PIB Municipal da Agropecuária. Revista de economia e sociologia rural, v. 53, p. 497-516, 2015.

SILVA, E.N.; PORTO JÚNIOR, S.S. Sistema Financeiro e Crescimento Econômico: Uma Aplicação de Regressão Quantílica. Econ. Aplic., São Paulo, V. 10, N. 3, P. 425-442, Julho-Setembro 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502006000300007&script=sci_arttext>.

SILVA, M. da. Impacto do sistema cooperativo de crédito na eficiência do sistema financeiro nacional. Brasília: Banco Central do Brasil, ago. 2011. (Trabalhos para Discussão, n. 246). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD246.pdf>>.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. de. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2. Ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

SOLOW, R. M. 1956. "A Contribution to the Theory of Economic Growth", Quarterly **Journal of Economics**, 70, 65-94.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, 13(1), pp. 101-18, 1993.

TODARO, M.P; SMITH, S.C. **Economic Development**. 12th Ed. New Jersey: Pearson, 2014.

THIRLWALL, A. P. **A Natureza do Crescimento Econômico**: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações; tradução: Vera Ribeiro. Brasília: Ipea, 2005.

TROSTER, R. L. et al. **Crescimento Econômico E Distribuição De Renda**: prioridades para ação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

VASCONCELLOS, M. A. S. **ECONOMIA**: micro e macro. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, RS. Crescimento econômico no estado de São Paulo: uma análise espacial [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VILELA, D. L.; NAGANO, M. S.; MERLO, E. M. Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural. RAC. Revista de Administração Contemporânea (Online), v. 11, p. 99-120, 2007.

ZANELA, A. B. Rosenstein-Rodan E Simonsen: Pensamentos Que Convergem Ante Os Projetos De Desenvolvimento Econômico. In: Anais do XXI Encontro De Economia Da Região Sul-2018, 2018, Curitiba, PR. XXI Encontro da ANPEC - SUL, 2018.